



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Programa POLIS **O caso da cidade da Covilhã**

Bruno Miguel Afonso Moura

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Civil
(Ciclo de Estudos Integrado)

Orientadora: Prof. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

Covilhã, outubro de 2014

Aos meus pais.

À Sónia e ao Carlos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, Carminda e José, que me proporcionaram chegar ao fim de mais uma etapa da minha vida e que sempre depositaram mim todo o apoio, confiança e carinho. Além dos meus pais, quero fazer um agradecimento especial à minha irmã Sónia e ao meu cunhado Carlos, que me acolheram durante estes anos de luta. A estes, um muito obrigado pela paciência, amor, carinho e confiança depositados.

Quero também agradecer a toda a minha família que esteve presente durante todos estes anos e que contribuiu direta ou indiretamente para a conclusão desta etapa da minha vida.

À Câmara Municipal da Covilhã e aos funcionários do Arquivo Municipal por toda a simpatia, disponibilidade e colaboração na obtenção dos dados necessários à realização deste trabalho.

Aos meus amigos, pelo apoio e amizade inabaláveis e por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

À Joana pelo apoio, amizade, paciência e por sempre acreditar em mim.

A todos os meus colegas e professores do curso de Engenharia Civil, Mestrado Integrado, que me auxiliaram e transmitiram conhecimento ao longo de todos estes anos., o meu muito obrigado.

E por último, um agradecimento especial à Professora Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato pela disponibilidade, conhecimentos transmitidos, acompanhamento, aconselhamento e apoio prestado ao longo desta tarefa, contribuindo essencialmente para que esta dissertação se concretizasse.

A todos estes, o meu mais sincero obrigado.

Resumo

As preocupações com as cidades e com o ambiente urbano têm feito parte da agenda política, quer a nível Nacional quer Internacional. De modo a fazer face aos problemas apresentados pelas cidades foram elaborados vários planos de intervenção que visaram a sua reordenação e requalificação, de forma a que se aumentasse a qualidade de vida das suas populações e estas se tornassem mais atrativas, captando habitantes e investimento (emprego).

O Programa POLIS surge nesse âmbito, propondo-se como um programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades portuguesas. Os seus pilares, as suas metas, a forma como este é implementado nas cidades e o impacto que nelas causa revestiram este programa de particular interesse no que concerne à Engenharia Civil, nomeadamente na área da requalificação, reabilitação e ordenamento do território.

Tendo abrangido várias cidades, neste trabalho, foi abordada a cidade da Covilhã, como caso de estudo, recorrendo-se à realização de um inquérito proposto a uma amostra de população, com a finalidade de obter um parecer sobre o impacto que o Programa POLIS teve na cidade e no seu quotidiano, e à análise aprofundada a três intervenções entendidas como sendo as mais emblemáticas deste programa: Ponte da Carpinteira, Parque da Goldra e Jardim do Lago. Outro dos propósitos do questionário realizado era perceber o nível de conhecimento da população inquirida tinha acerca do Programa e das intervenções nele propostas.

Concluiu-se que o Programa POLIS teve um impacto muito positivo na cidade da Covilhã, nomeadamente na qualidade de vida e no quotidiano da população covilhanense. Não obstante a implementação deste ter tido algumas falhas e ter sofrido de atrasos na sua execução, existe um consenso no que refere à sua implementação e às melhorias que introduziu, quer a nível urbano quer ambiental.

Palavras-chave

Programa POLIS, cidade, requalificação urbana, valorização ambiental, população, planos de intervenção

Abstract

The Concerns about the cities and the urban environment have been part of the political agenda, both nationally and internationally. In order to solve the city problems, , several intervention plans were created, that seek his requalification and reordering. These were prepared to increase the life quality their population and in order to become more attractive, and gather inhabitants and investment (employment).

The POLIS program arises in this contexto and it was presented as a program of urban regeneration and environmental enhancement of Portuguese cities. Its pillars, its goals, how this is implemented in the cities and the impact that causes, makes this program of particular interest with regard to Civil Engineering, particularly in the area of redevelopment, rehabilitation and territory management.

Several cities were covered. In this project, the city of Covilhã were the chosen one, as a case study. An investigation was made to a sample of the population, in order to obtain an opinion survey about POLIS Program impact had in the city and their daily lives. An in-depth analysis of the three of the most emblematic interventions of this program was also made: Carpinteira's Bridge, Goldra Park and Garden Lake. Another purpose of the questionnaire was performed to realize the level of knowledge of the population surveyed had about the program and the interventions proposed in it.

It was concluded that the POLIS program had a very positive impact on the city of Covilha, including life quality and the everyday life of Covilhã's population. Despite the implementation of this have had some faults and have suffered from delays in the implementation process, it's consensual that its implementation brought improvements such as urban and environmental level.

Keywords

POLIS Programme, city, urban requalification, environmental improvement, population, intervention plans.

Índice

1. Introdução	1
1.1. Contextualização da problemática	1
1.2. O objecto de estudo	2
1.3. Justificação e motivação na escolha do tema	2
1.4. Pergunta de Partida.....	3
1.5. Enunciação das hipóteses de investigação	4
1.6. Objectivo geral	4
1.7. Objectivos específicos:	4
1.8. Fundamentação metodológica	5
1.8.1. Instrumentos qualitativos	5
1.8.2. Instrumentos quantitativos	6
1.9. Estrutura do trabalho	6
2. Urbanismo, Ordenamento do Território, Requalificação e Reabilitação Urbana	7
2.1. Introdução	7
2.2. Breve noção de Urbanismo e Ordenamento do Território e seus objectivos.....	7
2.3. Caracterização dos Instrumentos de Gestão Territorial	8
2.3.1. Nível Nacional	9
2.3.2. Nível Intermédio.....	10
2.3.3. Nível Municipal	12
2.4. A Requalificação e Reabilitação Urbana	12
2.5. Os Programas de Requalificação e Reabilitação Urbana	13
3. O Programa POLIS: Origens, Estrutura e Objectivos	17
3.1. Introdução	17
3.2. O Programa POLIS	17
3.2.1. As fundações do POLIS: o caminho até ao programa final	18
3.2.2. A Origem do Programa POLIS	20
3.2.3. Objectivos e estrutura do Programa	22
3.2.4. Estrutura de gestão e financiamento do Programa POLIS.....	29
3.3. Política de Cidades POLIS XXI.....	32
4. Caso de estudo - Parte I - Plano Estratégico da Covilhã	35
4.1. Introdução	35
4.2. Covilhã	35

4.3.	O Programa POLIS na Covilhã.....	37
4.3.1.	Enquadramento Socioeconómico e Ambiental da Covilhã	37
4.3.2.	Os Objetivos da Intervenção na cidade	42
4.3.3.	Os pilares da Intervenção.....	46
4.3.4.	Empreendimentos do Programa POLIS.....	49
5.	Caso de Estudo - Parte II - Análise das 3 obras mais emblemáticas do Programa POLIS na Covilhã e do Programa POLIS em geral	55
5.1.	Introdução.....	55
5.2.	Obras Executadas	55
5.3.	Análise das 3 obras mais emblemáticas	57
5.3.1.	Ponte da Carpinteira	57
5.3.2.	Parque da Goldra.....	63
5.3.3.	Jardim do Lago	67
5.4.	Análise ao Programa POLIS na Covilhã - Conhecimento geral e avaliação sumária do mesmo	70
5.4.1.	Conhecimento do Programa POLIS	71
5.4.2.	Conhecimento sobre o Programa POLIS na Covilhã	73
5.4.3.	Avaliação do impacto do Programa POLIS na cidade da Covilhã.....	75
	Conclusões e Recomendações Futuras	81
	BIBLIOGRAFIA.....	85
	ANEXOS	91
	Anexo 1 - Questionário colocado à população	93

Lista de Figuras

Figura 2.1 - Instrumentos de Gestão Territorial (GASPAR & SIMÕES)	9
Figura 3.1 - Localização das 39 cidades alvo de intervenções do Programa POLIS (adaptado do Goolge Earth).....	26
Figura 3.2 - Programas Operacionais do QCA III (QUEIRÓS & VALE, 2005).....	31
Figura 3.3 - Configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI (MAOTDR, 2007)	33
Figura 4.1 - Rota da Lã (JESUS, 2008).....	36
Figura 4.2 - Representação da Evolução da População na Cova da Beira (CMC, 2000)	37
Figura 4.3 - Planta do Património Industrial nos vales da Ribeira da Carpinteira e Goldra (CMC, 2000).....	40
Figura 4.4 - Fábrica António Estrela & Cia na Ribeira da Carpinteira (BORGES, 2014)	40
Figura 4.5 - Antiga Fábrica de Tapetes António Lopes na Ribeira da Goldra (BORGES, 2014) .	41
Figura 4.6 - Ribeira da Carpinteira (JESUS, 2008).....	41
Figura 4.7 - Planta das zonas de Intervenção (CMC, 2000)	42
Figura 4.8 - Propostas de intervenção do Programa POLIS na Covilhã (Adaptado de CMC (2000))	43
Figura 4.9 - Pilares da intervenção POLIS (adaptado de CMC (2000)).....	46
Figura 4.10 - Pilares da intervenção POLIS (adaptado de CMC (2000))	47
Figura 4.11 - Pilares da intervenção POLIS (adaptado de CMC (2000))	48
Figura 4.12 -Planta de simulação da ocupação final (CMC, 2000)	53
Figura 5.1 - Desenho da Ponte da Carpinteira que atravessa o acidentado Vale da Ribeira da Carpinteira (JLCG Arquetectos, 2004).....	57
Figura 5.2 - Linha de atravessamento do vale (JLCG Arquetectos, 2004)	58

Figura 5.3 - Imagens conceptuais da Ponte sobre a ribeira da Carpinteira (JLCG Arquetectos, 2004).....	58
Figura 5.4 - Panorâmica da inserção da ponte no Vale da Carpinteira	59
Figura 5.5 - Pormenores da Ponte da Carpinteira (esquerda: tabuleiro, direita: pilares).....	59
Figura 5.6 - Inserção da ponte no seio do Vale da Carpinteira (esquerda) e pormenor do revestimento interior (direita)	60
Figura 5.7 - Panorâmica da arquitetura da ponte, e das suas ligações às margens do Vale da Carpinteira.....	60
Figura 5.8 - Panorâmica do Parque Goldra.....	63
Figura 5.9 - Planta de execução do Parque da Goldra (SÍTIOS & FORMAS, 2004)	63
Figura 5.10 - Pormenores do Parque da Goldra	64
Figura 5.11 - Panorâmica do Parque da Goldra, mostrando alguns dos seus equipamentos de lazer	65
Figura 5.12 - Panorâmica do Jardim do Lago	67
Figura 5.13 - Plano de execução do Jardim do Lago (CMC, 2002).....	67
Figura 5.14 - Pormenores do Jardim do Lago.....	68
Figura 5.15 - Panorâmica do espelho de água do Jardim do Lago.....	69

Lista de Tabelas

Tabela 3.1 - Síntese dos precedentes do Programa POLIS (adaptado de COSTAPOLIS, 2003) ..	19
Tabela 3.2 - Características e vertentes de intervenção do Programa POLIS (adaptado de CORREIA, CRUZ, MARTINS, LIBERTADO, & MORBEY (2000))	23
Tabela 3.3 - Lista das cidades abrangidas pelo Programa POLIS (adaptado de QUEIRÓS & VALE)	27
Tabela 3.4 - Indicadores de referência (MAOT, 2002)	28
Tabela 4.1 - Empreendimentos previstos no Programa POLIS (adaptado de CMC (2000))	49

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1 - Origem do financiamento do Programa POLIS (adaptado de PESTANA, PINTO-LEITE, & MARQUES (2009))	31
Gráfico 4.1 - População da Cova da Beira nos últimos 3 registos estatísticos (Censos) (INE) ..	38
Gráfico 5.1 - Respostas à questão número 10	61
Gráfico 5.2 - Respostas à questão número 11	62
Gráfico 5.3 - Respostas à questão número 12	65
Gráfico 5.4 - Respostas à questão número 13	66
Gráfico 5.5 - Respostas à questão número 14	69
Gráfico 5.6 - Respostas à questão número 15	70
Gráfico 5.7 - Respostas questão número 1 (esquerda) e respostas à questão número 2 (direita)	71
Gráfico 5.8 - Respostas à questão número 3.....	71
Gráfico 5.9 - Respostas à questão número 4.....	72
Gráfico 5.10 - Respostas à questão número 5	72
Gráfico 5.11 - Resposta à questão número 6.....	73
Gráfico 5.12 - Respostas à questão número 9	74
Gráfico 5.13 - Respostas à questão número 17	75
Gráfico 5.14 - Respostas à questão número 16	76
Gráfico 5.15 - Respostas à questão número 18	78

Lista de Acrónimos

AMP	Associação de Municípios Portugueses
CCDR LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CMC	Câmara Municipal da Covilhã
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EXPO'98	Exposição Mundial de Lisboa, 1998
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GTL	Gabinetes Técnicos Locais
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAOT	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território
MAOTDR	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MPAT	Ministério do Planeamento e da Administração do Território
OT	Ordenamento do Território
PDM	Plano Diretor Municipal
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PIOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POA	Programa Operacional do Ambiente
POLIS	Programa de Requalificação Urbana E Valorização Ambiental das Cidades
POR's	Programas Operacionais Regionais
PP	Plano Pormenor
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRU	Programa de Reabilitação Urbana
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA	Programa de Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
REN	Reserva Ecológica Nacional

SEOTC	Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades
TCT	Teixoso - Covilhã - Tortosendo
UBI	Universidade da Beira Interior
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URBAN	Programa de Iniciativa Comunitária URBAN

1. Introdução

Esta Tese é apresentada à Universidade da Beira Interior como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, no âmbito do Mestrado Integrado em Engenharia Civil.

1.1. Contextualização da problemática

Este trabalho tem como tema genérico a “Requalificação Urbana enquanto medida inserida em Políticas Públicas e os seus resultados para as populações, o caso da cidade da Covilhã”.

Efetivamente, a promoção de políticas de requalificação urbana tem sido uma preocupação crescente em muitas partes no Mundo, sobretudo a partir dos anos noventa do século passado, quando a globalização crescente e a competição dos territórios por investimento se começou a fazer sentir.

Com a adesão a de Portugal à União Europeia no fim da década de oitenta do séc. XX, deu-se um forte impulso na implementação de uma “máquina de planeamento”, iniciada de forma muito ténue após o 25 de Abril, mas que a adesão, e a necessidade de Planos Diretores Municipais para aceder aos fundos estruturais por parte dos Municípios, veio impulsionar e acelerar (apesar de todas as dificuldades, nomeadamente a escassez de técnicos, em quatro anos, entre 90 e 94, praticamente todo o território nacional se viu coberto por planos Diretores Municipais).

Neste sentido, e porque o país apresentava fortes discrepâncias a nível territorial, que um período de crescimento económico, fortemente impulsionado por um aumento da construção e das infraestruturas, nomeadamente as rodoviárias, uma série de medidas de políticas públicas foram sendo tomadas, visando em alguns casos a proteção ambiental (por exemplo a REN - Reserva Ecológica Nacional) e dos recursos (RAN - Reserva Agrícola Nacional, por exemplo), bem como o Ordenamento do Território (Leis de Bases do Ordenamento e vários planos setoriais).

Há época, já se fazia sentir, a nível Mundial, a globalização e as suas consequências em termos territoriais, sendo que a União Europeia enceta a implementação de um conjunto de programas que visam prover de melhor qualidade de vida as cidades a nível Europeu, dotando-as de ferramentas que possibilitassem a competição por população, por investimento, tendo presente a componente ambiental, como algo essencial ao aumento dessa qualidade.

Surgem assim vários programas para responder a esta questão, um dos quais o Programa POLIS, abordado neste trabalho, dado que, até à data, foi aquele que impulsionou fortemente a requalificação de cidades em Portugal, tendo presente a importância de um planeamento verdadeiramente integrado, onde a componente ambiental tem um papel de destaque.

Os resultados, em algumas das cidades objeto do programa, têm começado a ser analisados e avaliados, nomeadamente através de trabalhos de investigação de índole académica, sendo que, no caso da Covilhã, não existem ainda trabalhos sobre esta temática.

1.2. O objeto de estudo

É imprescindível numa investigação esclarecer o objectivo de estudo, com o fito de alcançar uma maior consistência quanto aos resultados e essencialmente porque permite guiar melhor o trabalho de investigação científica. Atendendo à abrangência do tema, e a questões de operacionalização, cabe referir que:

- a) Para melhor orientar e operacionalizar o trabalho de investigação este versou um dos programas de reabilitação urbana, o Programa POLIS;
- b) Por outro lado, este trabalho vai incidir sobre a Cidade da Covilhã, cidade que esteve contemplada pelo referido plano;

1.3. Justificação e motivação na escolha do tema

Na escolha do tema deste trabalho estiveram, de forma genérica, a sua pertinência, no contexto das políticas Públicas em Portugal ao nível do Ordenamento do Território, e a procura e entendimento dos pressupostos básicos sobre o qual a política de requalificação urbana em Portugal se tem desenrolado, visto que atualmente a requalificação será uma das áreas de futuro para os Engenheiros Cívicos, já que a construção nova sofre um momento de profunda estagnação, que se deverá prolongar durante os próximos anos.

É de referir que, quanto à inovação e originalidade neste trabalho, esta prende-se com o facto de este se incidir sobre o caso particular do Programa POLIS na Covilhã, algo nada ou muito pouco estudado, mas necessário para a avaliação do programa e para o entendimento do futuro da requalificação em Portugal.

Por outro lado, por motivações pessoais certas questões estiveram presentes na escolha deste tema, de entre as quais cabe destacar:

A presente dissertação foi elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil, pela Universidade da Beira Interior, inserida na área de Planeamento e Urbanismo, tendo como tema central “Programa POLIS: O caso de estudo da Covilhã.”

A degradação que as cidades têm vindo a sofrer ao longo das últimas décadas, fruto dos vários movimentos migratórios levando a que partes destas sejam deixadas por vezes ao abandono, levou a que aparecesse a necessidade de se efetuar uma reabilitação e requalificação das mesmas, de modo a conseguir tornas as cidades, que outrora foram polos de atração de população, novamente em pontos atrativos para a população.

De maneira a atingir o objetivo proposto, teve de se repensar o modo como as cidades estão organizadas. Para tornar a cidade atrativa, não bastava apenas reconstruir ou requalificar o que já estava feito. Tornar as cidades mais atrativas visualmente, tornar as cidades mais verdes, requalifica-las ambientalmente de acordo com as normas europeias tornou-se essencial para alcançar o objectivo de dar nova vida as cidades. Surge portanto a necessidade de criar meios de resposta a estas questões, levando assim ao surgimento do Programa POLIS.

O interesse da temática surge depois de acompanhar de perto a implementação do Programa POLIS em Bragança, localidade vizinha à terra natal, e ver as mudanças que este introduziu na cidade e especialmente na sua zona ribeirinha.

Posto isto, tornou-se motivacional efetuar um estudo e uma avaliação do mesmo programa na cidade que agora me acolhe, visto que esta é também umas das 39 cidades abrangidas pelo programa de requalificação urbana e valorização ambiental.

Além da componente pessoal, o tema da reabilitação urbanística e valorização ambiental é um tema muito atual nos dias de hoje e extremamente pertinente como objecto de estudo.

1.4. Pergunta de Partida

Na conceção de QUIVY & CAMPENHOUDT (1995), uma investigação é algo que se procura, implicando hesitações, desvios e incertezas, assim sendo, cabe ao investigador escolher um fio condutor claro para que o trabalho de investigação se estruture com coerência, algo que pode ser conseguido através da formalização de uma questão de partida a partir da qual todo o processo de investigação se desenvolve e edifica. Por conseguinte, durante o processo suscitou-nos a seguinte pergunta: Será que a política de Requalificação Urbana através do Programa POLIS atingiu os seus objetivos?

1.5. Enunciação das hipóteses de investigação

Da pertinência do tema, e da pergunta de partida, mostra-se necessário encontrar algumas hipóteses que contribuam para encontrar uma resposta para a questão de partida, hipóteses em torno das quais a investigação se desenrola.

Segundo a hipótese de QUIVY & CAMPENHOUDT “ [...] constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor [...]”. Ainda que “ [...] um trabalho não pode ser uma verdadeira investigação se não se estruturar em torno de uma ou várias hipóteses [...]”(1995:119), como tal elaboraram-se algumas proposições hipotéticas, às quais, ao longo desta investigação, se procurou dar resposta. Assim, será que:

- i. Será que o Programa POLIS veio aumentar a qualidade de vida das populações por ele abrangidas, no caso concreto a população da Covilhã;
- ii. No contexto das cidades por este programa abrangidas, que tipos de intervenções ocorreram e em concreto na Covilhã;
- iii. Será que efetivamente a qualidade ambiental das cidades intervencionadas aumentou.

Mediante a pergunta de partida, as hipóteses levantadas e tendo em vista as directrizes fundamentais que a investigação visa atingir, traçou-se alguns objectivos, em torno dos quais esse trabalho se desenvolve, nomeadamente o objectivo geral e os objectivos específicos:

1.6. Objectivo geral

Compreender de forma sistemática, a questão da requalificação urbana inserida em políticas públicas, no caso, o Programa POLIS;

1.7. Objectivos específicos:

- 1) Entender a questão da requalificação urbana;
- 2) Verificar que tipo de programas têm existido nesta área;
- 3) Ver o tipo de intervenções no âmbito do programa POLIS
- 4) Analisar os resultados alcançados com a política de requalificação urbana no âmbito do programa POLIS, tendo como caso de estudo, a Covilhã;

1.8. Fundamentação metodológica

Numa pesquisa, a adopção de uma metodologia rigorosa, sólida e consistente, possibilita desenvolver uma investigação científica capaz de alcançar um resultado pertinente e que contribua para esclarecer a problemática em questão. A investigação científica, como alegam KATELE & ROEGLERS é “um processo sistemático e intencionalmente orientado e ajustado tendo em vista inovar ou aumentar o conhecimento num dado domínio” (1993, p.104).

Ancorada nesta ideia, buscou-se o método qualitativo, no sentido de possibilitar melhor a análise e interpretação dos dados, mas com procedimentos de natureza quantitativos, evidente na criação de uma base de dados estatísticos e na recolha documental de informações em várias fontes.

1.8.1. Instrumentos qualitativos

A produção desta investigação científica baseou-se numa perspectiva teórica e num estudo exploratório, características do método qualitativo, possibilitando que a pesquisa pudesse de forma consistente, adequar os instrumentos de medida à realidade que se pretende conhecer. Para GIL (1999) o produto final deste processo é um problema mais clarificado, mediante melhores procedimentos sistematizados e rigorosos para a investigação.

Em conformidade com o que acontece na maioria das pesquisas exploratórias, a nossa investigação assume a forma de uma pesquisa bibliográfica, que “... é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (idem, p.48), o que possibilitou a busca de dados para construir uma base teórica necessária ao desenvolvimento da investigação científica ou da pesquisa. Assim exploraram-se diversos documentos (livros, artigos científicos e artigos na internet), que ao longo da fundamentação teórica são introduzidos.

A consulta de outras fontes, nomeadamente nos arquivos Municipais da Covilhã, do plano estratégico e dos documentos que compõem o POLIS da Cidade, vieram suportar o estudo de caso.

Para que a investigação tivesse melhor consistência, esclarecendo e aprofundando o problema em estudo recorreu-se a entrevistas, expostas num guião, tendo-se recorrido às novas tecnologias da informação, nomeadamente através da internet, utilizando os seus correios electrónicos e Redes Sociais, obtendo-se um total de 101 respostas válidas.

1.8.2. Instrumentos quantitativos

Na possibilidade de ampliar a compreensão do fenómeno em estudo, pensa-se que o emprego equilibrado das duas metodologias (qualitativa e quantitativa), permite ampliar a compreensão de determinada realidade, embora, de um ponto de vista epistemológico e metodológico, possam existir diferenças marcantes, não se considera contudo, que exista uma oposição frontal entre as citadas abordagens, pelo contrário, mesmo nas Ciências, hoje mais do que antes, o emprego complementar das duas abordagens pensa-se que possibilite discernir com maior rigor e sistematização os factos sociais.

Assim, recorreu-se a alguns procedimentos de natureza quantitativa principalmente na criação de uma base de dados nos softwares do EXCELL e do Google o que levou à criação de diversas tabelas e gráficos que permitem medir melhor, os resultados do inquérito.

1.9. Estrutura do trabalho

O trabalho estrutura-se em duas partes: a primeira expõe a fundamentação teórica, pois nela se patenteiam os conceitos, tentando enquadrar-se teoricamente o problema em análise, por forma a compreender o processo da política de requalificação urbana em que o POLIS se insere e o programa em si.

Esta parte encontra-se dividida em dois capítulos, em que no primeiro se efetua uma breve abordagem teórico/conceptual do Urbanismo, Ordenamento do Território, Requalificação e Reabilitação, para no segundo se abordar o Programa POLIS, suas origens, estruturas e objetivos.

A segunda metade do trabalho é dedicada ao caso de estudo, à análise do Programa POLIS na Covilhã, à interpretação e à análise dos dados, na qual, de forma rigorosa, através dos dados recolhidos, se procura examinar os resultados e a perceção da população face aos objetivos delineados pelo programa para a Cidade.

2. Urbanismo, Ordenamento do Território, Requalificação e Reabilitação Urbana

2.1. Introdução

Neste capítulo serão apresentadas breves noções de urbanismo, ordenamento do território, requalificação e reabilitação urbana. Em primeiro lugar, será feita uma abordagem à noção de urbanismo e ordenamento do território, bem como os seus objetivos. De seguida serão enunciados os vários instrumentos de gestão territorial, fazendo uma caracterização dos mesmos, referindo a que se destinam e quais são os seus objetivos.

No ponto seguinte será abordada a requalificação e reabilitação urbana, sendo apresentadas as visões de vários autores sobre termo. Por último será elencada uma listagem dos vários programas de reabilitação e requalificação urbana aplicados no território nacional, salientando as suas competências e os objetivos a que se propunham.

2.2. Breve noção de Urbanismo e Ordenamento do Território e seus objetivos

A Lei de Bases de Ordenamento de Território e Urbanismo é uma medida de política da égide da Administração Pública, que tem como objetivo a organização e utilização do território nacional, com o intuito de obter uma maior prosperidade económica, social e cultural, sempre em harmonia com o desenvolvimento sustentável do país (GASPAR & SIMÕES).

Como foi dito anteriormente, a finalidade da política do ordenamento do território e urbanismo é o desenvolvimento conjunto do país a nível económico, social, cultural de forma sustentável. No entanto, consoante a natureza da realidade territorial, a política de ordenamento é alvo de determinados objetivos específicos, de onde cabe salientar a melhoria das condições de vida e trabalho das populações, nunca descurando os valores culturais, paisagísticos e ambientais; promover um equilíbrio entre as funções de habitação, trabalho, cultura e lazer; criação de oportunidades de emprego em zonas deprimidas do território procurando fixar a população; conservação dos solos e promoção de atividades agrícolas, pecuárias ou florestais; equilíbrio dos níveis de densidade urbana, visando sempre a não deterioração da qualidade de vida e desequilíbrio socioeconómico; precaver uma desorganizada extensão das zonas urbanas, rentabilizando as infraestruturas e reaproveitando

áreas intersticiais; aplicar políticas de habitação de forma a resolver carências habitacionais; requalificação e reabilitação de património e centros históricos; requalificação de zonas deterioradas; reconversão de áreas urbanas ilegalmente criadas (MAOTDR, 2011).

Esta política deverá ainda garantir que, entre outros objetivos específicos que: as várias edificações se integrem na paisagem; todos os locais de relevante interesse para a preservação da natureza, tais como recursos hídricos, zonas ribeirinhas, orlas costeiras ou florestas, sejam alvo de proteções específicas compatíveis com a normal vivência da população; as paisagens criadas pela ação humana que tenham importância cultural e socioeconómica, sejam protegidas e valorizadas; e que os solos sejam protegidos de forma a impedir a sua contaminação e degradação (*idem*).

As bases da política de urbanismo e ordenamento do território constituem o sistema de gestão territorial que é dividido em três âmbitos distintos: nacional (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Planos Setoriais, Planos Especiais de Ordenamento do Território); regional (Planos Regionais de Ordenamento do Território); e municipal (Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território, Planos Municipais de Ordenamento do Território) (*idem*).

2.3. Caracterização dos Instrumentos de Gestão Territorial

Na Lei de Bases da política de urbanismo e ordenamento do território, estão definidos vários instrumentos de gestão territorial, de acordo com a Figura 2.1, que se consideram ferramentas essenciais para assunção dos objetivos anteriormente mencionados nos vários níveis de intervenção.

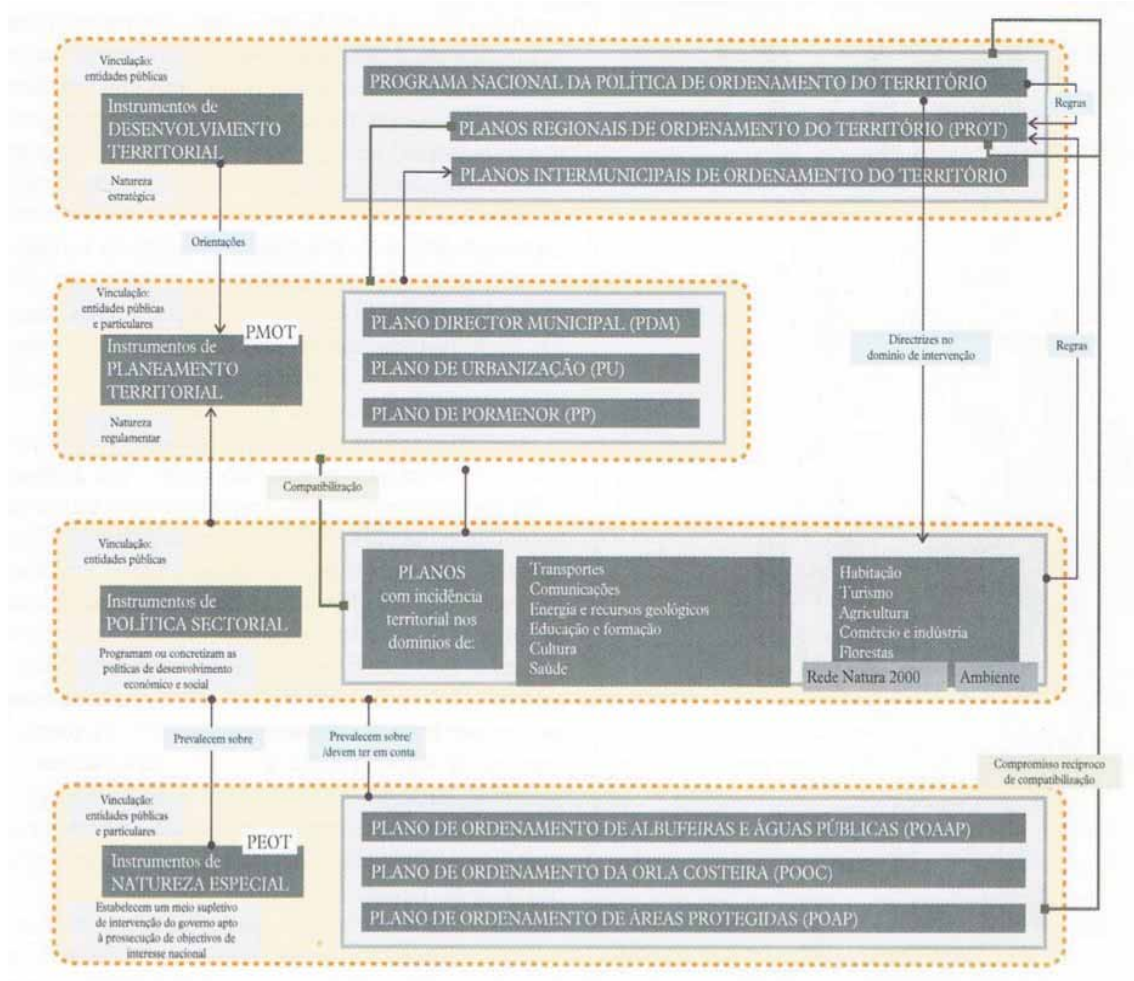


Figura 2.1 - Instrumentos de Gestão Territorial (GASPAR & SIMÕES)

2.3.1. Nível Nacional

a) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Assim, a nível nacional, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), é um instrumento onde são enunciados os pontos fundamentais para a organização do território nacional. Este possui a dupla função de, não só possuir os fundamentos a ter em conta aquando da elaboração de outros instrumentos de gestão territorial, como são também utilizados como ferramentas para os outros Estados membros com vista à organização do território da União Europeia (MAOTDR, 2007).

Este programa é da alçada do Governo e é redigido sob a supervisão do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Como é um programa que se aplica a todo o território nacional pretende alcançar vários objectivos, como refere OLIVEIRA, (2004):

- Encontrar normas para o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável do país;
- Assegurar a coesão territorial do país de forma a reduzir os desequilíbrios regionais e assegurar a igualdade de oportunidades;
- Implementar a interpretação espacial das técnicas de expansão económica e social;
- Interligar as políticas sectoriais de particular importância na organização do território;
- Distribuir no território da forma mais equitativa possível, quer a população, quer os equipamentos (definição de redes);
- Criar critérios de ligação às funções urbanas e aos meios de mobilidade;
- Estabelecer linhas de orientação para disciplina de ocupação do território.

b) Planos Setoriais

Os Planos Setoriais são ferramentas de planeamento que visam planear ou elaborar as políticas de desenvolvimento socioeconómicas no terreno, e avaliar o impacto territorial destas. São exemplos de Planos Setoriais a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN). Estes planos abrigam toda a área necessária para a respectiva intervenção. (OLIVEIRA, 2004).

2.3.2. Nível Intermédio

a) Planos Especiais de Ordenamento do Território

Os Planos Especiais de Ordenamento do Território são planos da égide da Administração central, que desempenham a função intermediária da intervenção do Governo, com o objetivo de prosseguir as metas de relevância nacional com impacto espacial, impondo regimes de preservação de recursos e valores naturais. Os *planos de ordenamento de áreas protegidas*, os *planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas* e os *planos de ordenamento da orla costeira* são exemplos de PEOT (*idem*).

Os PEOT albergam toda a área necessária à intervenção, e têm como objetivo a preservação de valores de relevância nacional com aplicação territorial definida, e ainda a tutoria de fundamentos destacados no PNPT e não atingido pelo plano municipal de ordenamento do território (*ibidem*).

b) Planos Regionais de Ordenamento do Território

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) estabelecem as normas regionais de evolução territorial, enquadradas nas opções encetadas no plano nacional e tendo em

consideração as normas municipais de desenvolvimento local, elaborando assim o panorama base para a criação dos planos municipais de ordenamento do território. (CCDR LVT, 2006)

Os PROT têm um raio de ação que corresponde à área a que pertence a comissão coordenadora que os redige. No entanto estes podem ainda ser introduzidos nas unidades de planeamento subregionais, caso o Conselho de Região assim o proponha ao Governo. Estes planos têm os seguintes objetivos (*idem*):

- Executar regionalmente as intervenções do programa nacional da política de ordenamento do território e os planos sectoriais;
- Implementar a interpretação espacial das técnicas de expansão económica e social;
- Criar soluções que permitam eliminar as diferenças de desenvolvimento intrarregionais;
- Servir como pilar para o desenvolvimento de normas nacionais de ordenamento do território e para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

c) Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território

Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) visam garantir a interligação entre o plano regional e o plano municipal de ordenamento do território em áreas que necessitem de uma gestão integrada. Estes planos são da competência dos municípios associados, e abrangem total ou parcialmente a área de dois ou mais municípios vizinhos (OLIVEIRA, 2004).

Os PIOT têm vários objectivos especificados, como refere OLIVEIRA (2004):

- Interligar técnicas de expansão socioeconómica dos municípios abrangidos, no que à estratégia intermunicipal de salvaguarda da natureza e da preservação da qualidade de vida diz respeito;
- Implementação de métodos para um povoamento mais equilibrado a médio e longo prazo;
- Estabelecer normas no acesso aos equipamentos e serviços públicos;
- Gestão da incidência intermunicipal nas várias áreas socioeconómicas, no programa nacional da política de ordenamento do território, nos planos regionais de ordenamento do território e nos planos sectoriais aplicáveis.

2.3.3. Nível Municipal

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) são instrumentos de natureza normativa, elaborados pelos municípios, que visam regulamentar a utilização dos solos, atribuindo-lhes uma classificação (solo rural ou solo urbano), e a sua qualificação, elaborando modelos preditivos da evolução da ocupação humana e do arranjo das redes e sistemas urbanos, servindo estes como critérios de aproveitamento do solo e salvaguarda da qualidade ambiental (MAOTDR, 2008).

Os PMOT compreendem os planos diretores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos pormenor (PP). Os PDM abrangem todo o território municipal, os PU as áreas urbanas e urbanizáveis e os PP abordam, detalhadamente áreas referidas nos dois planos anteriores (MPAT, 1990).

Os objectivos dos PMOT passam por (*idem*):

- Aplicação das regras de urbanismo e ordenamento do território garantido a preservação e valorização do património cultural;
- Interligação entre planos e projetos da competência municipal ou supramunicipal;
- Interligação entre a proteção e valorização das zonas agrícolas e florestais e património natural edificado;
- Estabelecer as regras de ocupação, uso e transformação do solo;
- Incitar políticas de evolução socioeconómica;
- Determinar as carências habitacionais e encontrar soluções que vão de encontro às políticas de habitação;
- Compatibilizar as várias intervenções sectoriais;
- Dar seguimento a políticas elaboradas em planos de nível superior;
- Servir como base de criação de outros planos municipais, regionais, subregionais, ou nacionais;
- Delimitação da criação de planos de atividade do município.

2.4. A Requalificação e Reabilitação Urbana

De entre as várias intervenções no território, cabe destacar, quer pela sua importância crescente traduzida em número de intervenções, quer pela sua relevância como instrumento em prol da sustentabilidade de recursos (materiais, patrimoniais, entre outros), a reabilitação urbana, muitas vezes confundida com requalificação urbana. Assim, segundo GONÇALVES (2005), o termo de reabilitação urbana surge depois das várias operações de renovação urbana que foram levadas a cabo após a Segunda Guerra Mundial, que mudaram

drasticamente o coração de várias cidades europeias, quer pela necessidade da rápida reconstrução, quer pela massificação da arquitetura moderna, que ia num sentido antagónico à ideia de clássico e tradicional. A reabilitação urbana é a transfiguração do espaço urbano através de intervenções de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e espaços urbanos, com vista a um incremento das suas condições de uso e habitabilidade, mas sempre salvaguardando o carácter arquitectónico dos edifícios (DGOTDU, 2000).

Relativamente ao termo requalificação urbana, este é basicamente um instrumento para melhoria das condições de vida da população, através da construção e recuperação de infraestruturas e equipamentos e da valorização de espaços públicos através de medidas de dinamização socioeconómica. A recuperação da centralidade urbana, melhoria das acessibilidades e a introdução (ou reintrodução) de qualidades urbanas são os objetivos da requalificação urbana (MOURA, GUERRA, SEIXAS, & FREITAS, 2009).

O supracitado termo é abordada por vários autores, que têm a sua visão do mesmo, como é o caso de CARVALHO & SILVA (2012) que diz “(...)a requalificação emerge como um processo estratégico, que enfatiza o desenvolvimento como um processo articulado, integrado e participativo, e valoriza os mecanismos de cooperação, parceria e envolvimento ativo dos cidadãos”. Já TAVARES (2008) refere que “As operações de reabilitação têm assim o duplo objetivo de restaurar o património urbano e melhorar a qualidade de vida, mantendo a população residente, procurando travar o processo de despovoamento das áreas centrais das cidades e revitalizá-las. Estas intervenções têm, então, para além das motivações económicas e urbanísticas, também motivações patrimoniais e sociais, ou seja, trata-se, antes de mais, de preservar os elementos de identificação urbana, o tecido físico e social, enfim, a memória da cidade”.

Até à década de 80, registava-se em Portugal uma quase total ausência de planeamento, sobretudo nas áreas urbanas. Com o intuito de alterar esta situação, foram aplicados vários programas de políticas de cidade, tais como o PRU, PRAUD, RECRUA, PROSIURB, URBAN, REHABITA, RECRIPH, EXPO’98, POLIS e POLIS XXI, tendo em vista a praticar uma requalificação urbana das cidades portuguesas, alguns dos quais fortemente incentivados e financiados pela União Europeia (SILVA, 2011).

2.5. Os Programas de Requalificação e Reabilitação Urbana

O Programa de Reabilitação Urbana (PRU) foi elaborado no ano de 1985, e teve como finalidade principal auxiliar o nível financeiro as autarquias, permitindo assim que estas procedessem à reabilitação urbana nos seus concelhos (SILVA, 2011). Um dos maiores problemas então sentidos pelas Câmaras era a falta de técnicos especializados, e para tal, foram criados Gabinetes Técnicos Locais (GTL), que eram centros de planeamento e projeto

urbano, que tinham como objectivo ajudar a identificar os problemas das cidades (MADEIRA, 2009).

O PRU sofreu uma reformulação no ano de 1988, tornando-se um programa de intervenção sobretudo em centros históricos e nos centros urbanos degradados, passando a ser designado por PRAUD, Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas. O PRAUD teve como objetivo estabelecer um entendimento e ação conjunta entre o Estado e as autarquias locais, para assim levarem a cabo a reabilitação de áreas urbanas deterioradas. Este programa apresentou-se como marco fundamental nas políticas de ordenamento do território, no que à requalificação, revitalização e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos dizia respeito (SILVA, 2011).

No mesmo ano (1988) foi criado o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), que visou o financiamento de intervenções de conservação e beneficiação, através de incentivos concedidos aos municípios pelo estado para a execução, para assim serem executadas as intervenções de recuperação de fogos e imóveis em estado devoluto, em muitos casos, fortemente degradados, ameaçando ruína (MADEIRA, 2009).

Assim, surgiu o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais (PROSIURB) procurando atenuar os contrastes detetados aquando da elaboração dos Planos Diretor Municipal de acordo com o Decreto Lei 69/90, no modelo de distribuição urbana, que se verificou entre os anos de 1994 e 1999. Este programa, com o objetivo de amenizar as desigualdades internas, contribuiu para a elaboração de uma política de reordenamento com vista ao aumento da coesão interna. O objectivo, apesar de dependente do montante a financiar, cumprindo um dos objetivos previstos pela Lei de Bases do Território (DL nº48/98), era a execução de intervenções de qualificação urbana e ambiental, de modo a conseguir uma maior valorização das cidades médias e dos centros urbanos contíguos às grandes áreas metropolitanas (SILVA, 2011).

Face à exigência da existência de um “Master Plan” nos municípios para que estes tivessem a possibilidade de se candidatar aos fundos estruturais europeus, praticamente em quatro anos (de 1990 a 1994), a maior parte do território nacional ficou coberto por PDM’s. (BEATO, 1996). Com a conclusão destes, e dada a escassez de recursos, era necessário tornar os municípios financeiramente capazes de modo a executar as propostas e medidas destes PDM’s.

O Programa de Iniciativa Comunitária URBAN teve duas grandes fases, sendo a primeira, tal como o PROSIUR, entre 1994 e 1999 e a segunda, chamada de URBAN II, entre 2000 e 2006. A primeira fase, que foi um dos grandes pilares dos programas europeus de requalificação de áreas urbanas, tinha como objetivo apoiar a revitalização e requalificação de áreas urbanas

que apresentassem graves deficiências a nível económico e urbano, elevado grau de desemprego, empobrecimento da qualidade de vida, problemas de exclusão social e insegurança (SILVA, 2011). O programa URBAN II surge depois da implementação do URBAN I, com objectivo de lhe dar sequência e tinha por bases a promoção da melhoria de qualidade de vida das populações dos centros urbanos que apresentassem deficiências, através da implementação de técnicas progressistas de revitalização socioeconómica sustentável; estimular a expansão e a permuta de conhecimentos sobre a revitalização e o desenvolvimento sustentável. A Iniciativa Comunitária URBAN visa as questões socioeconómicas e propõe-se resolvê-las através de várias intervenções que vão desde a recuperação de infraestruturas até à implementação de medidas para combater a exclusão social e melhorar a qualidade de vida (QCA III).

O Programa de Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA) foi elaborado em 1996 e surgiu como uma expansão do Programa RECRIA. Este programa tinha como finalidade o apoio da execução de obras de conservação, beneficiação ou reconstrução de edifícios habitacionais, bem como o realojamento provisório que dessas mesmas intervenções adviesse. Com este programa foi elaborada uma nova forma de distribuição espacial, em termos habitacionais, nos centros históricos, o que permitiu que estes fossem declarados como áreas susceptíveis de recuperação e reconversão urbanística (SILVA, 2011).

Ainda em 1996 surge o RECRIPH, Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, com a finalidade de auxiliar financeiramente a execução das intervenções de recuperação nas partes comuns de edifícios (*idem*).

De mencionar que como boa prática, e embora não sendo um “programa” a EXPO’98 é para muitos autores, aquilo que de melhor se pode alcançar com a requalificação urbana de cidades, tendo-se tornado um exemplo para outras cidades mundiais que possuíam as mesmas características deste espaço: alterações profundas no uso, fruto da globalização, modificações da tecnologia e redefinição do setor industrial/portuário a nível global, o que conduziu ao abandono de zonas das cidade localizadas em áreas centrais, algumas destas, de grande valor paisagístico (zonas ribeirinhas). Estas, em virtude do tipo de industrial que possuía, com solos muito contaminados e com edifícios fortemente degradados, onde a poluição era muito significativa. É de realçar que este projeto é um marco em Portugal, dada a área e os objetivos da intervenção, onde a valorização do ambiente e a requalificação urbana são tidos como essenciais na dinamização das cidades (FERREIRA, 2006).

O POLIS, Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades nasce no dia 15 de maio de 2000, através da Resolução do Conselho de Ministros nº26/2000,

visando a requalificação urbana e ambiental das cidades. Este programa, será aprofundado nos capítulos seguintes.

Por fim, a política de cidades POLIS XXI, no seguimento do Programa POLIS, visou a valorização das cidades e qualidade ambiental. Esta política de cidade também será abordada no capítulo seguinte, de uma forma muito sumária.

3.0 Programa POLIS: Origens, Estrutura e Objetivos

3.1. Introdução

Este capítulo irá incidir sobre o Programa POLIS na sua generalidade, o objeto deste estudo, enunciando as suas bases, a sua estrutura e objetivos. Assim, será feita uma breve análise aos documentos/programas/iniciativas feitos ao abrigo do POLIS no âmbito ambiental; posteriormente será enunciada a origem do Programa e os vários factores de inspiração do mesmo. Seguidamente serão listados os objetivos do Programa, bem como este será estruturado, nomeadamente as fases por que passou e as cidades envolvidas. Por fim os meios de financiamento, bem como os custos gerais e as entidades financiadoras, tanto a nível comunitário como nacional serão abordados, terminando-se com uma breve referência ao Programa POLIS XXI.

3.2. O Programa POLIS

O programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades Portuguesas, mais vulgarmente conhecido como Programa POLIS, iniciou-se formalmente a 15 de maio de 2000, segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº26/2000. A organização e preparação do programa esteve a cargo de um Grupo de Trabalho formado a 18 de novembro de 1999, sob alçada do próprio Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates (QUEIRÓS & VALE, 2005).

Procurando dar resposta às diretivas estratégicas nacionais e comunitárias no que à requalificação do território diz respeito, o Programa POLIS teve como principal finalidade a melhoria significativa da qualidade de vida nas cidades de média dimensão, recorrendo a operações de requalificação do território, integrando uma forte componente de valorização ambiental, nomeadamente, a requalificação de frentes ribeirinhas e marítimas, e ainda a requalificação e revitalização de centros urbanos (CORREIA, CRUZ, MARTINS, LIBERTADO, & MORBEY, 2000). O objetivo deste programa não foi tanto o de solucionar todos os defeitos ambientais e urbanísticos das urbes portuguesas, tal seria impensável e impossível de atingir, mas sim ser uma ferramenta indicativa do que poderia ser modificado a nível ambiental e urbanístico nos centros urbanos, de forma a torná-los mais apelativos ao público e ao mesmo tempo torná-los mais competitivos, fomentando o desenvolvimento local e regional de modo a enriquecer cada vez mais o Sistema Urbano Nacional (PESTANA, PINTO-LEITE, & MARQUES, 2009). Todo este conceito fazia sentido se entendermos o contexto do

momento, onde a progressiva globalização acarretava por parte dos governos nacionais e da própria União Europeia, a implantação de PP que visassem atrair o investimento num mundo competitivo.

Comparando os objetivos do Programa POLIS com os dos outros programas anteriormente mencionados (PRU, PRAUD, RECRUA, PROSIURB, URBAN, REHABITA, RECRIPH) verifica-se que estes não diferem muito entre si, daí que uma requalificação urbana que se traduz numa melhoria significativa da qualidade de vida urbana e ambiental. FERNANDES (2002) refere que o Programa POLIS foi verdadeiramente inovador em quatro pontos:

- O Administração Central intervém diretamente em matérias, que desde sempre, foram apenas da competência da Administração Local, em que o capital das Sociedades Anónimas, que foram criadas para gerir os Programas, era detido pela Administração Central;
- Procedeu-se a uma escolha criteriosa de um número limitado de cidades de modo a obter uma maior concentração dos investimentos;
- Criou-se legislação específica para o Programa, levando a que pudesse assumir compromissos claros em relação à definição de prazos
- Obrigou-se à criação de Planos Pormenor para todas as intervenções, entendendo-se que era necessário que houvesse instrumentos para gestão após a intervenção, obrigando os municípios a um programa pós-POLIS.

Estes quatro pontos foram elementos diferenciadores face a anteriores medidas adoptadas para a reabilitação e requalificação urbana, procurando como objetivo final tornar as cidades mais sustentáveis.

3.2.1. As fundações do POLIS: o caminho até ao programa final

Como é referido em COSTAPOLIS (2003), foi necessário percorrer um longo caminho para chegar ao Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades em Portugal. Houve um vasto leque de ações que foram tomadas, documentos e relatórios criados e programas aplicados. Na Tabela 3.1 será apresentada a evolução temporal dos mesmos:

Tabela 3.1 - Síntese dos precedentes do Programa POLIS (adaptado de COSTAPOLIS, 2003)

Ano	Entidade	Documento	Descrição
1990	CE - Comissão Europeia	“Livro Verde sobre Ambiente Urbano”	Documento que enunciava os problemas ambientais que estavam a assolar as cidades europeias
1993		5º Programa de Ambiente da Comunidade Europeia	Documento que visava o ruído que se verificava nos polos urbanos
1994 - 2000		Programa URBAN	Este programa visavam o fornecimento de apoios a várias cidades europeias, cidades estas que padeciam de vários problemas, nomeadamente falta de emprego, pobreza, criminalidade, reduzidos níveis de educação, problemas económicos, degradação ambiental, com o objetivo de haver uma regeneração económica e social nestas, de modo a fomentar um desenvolvimento urbano sustentável (LIMA, 2010).
2000-2006	PE- Parlamento Europeu		
1996	CE - Comissão Europeia	“Cidades Europeias Sustentáveis”	O principal enfoque deste documento eram as cidades sustentáveis, através de uma abordagem à gestão urbana, enquadramento político, reflexão sobre os ecossistemas, parcerias e cooperação
1998		“Desenvolvimento Urbano Sustentável”	Incidência sobre problemas relacionados com a economia, emprego, igualdade e integração social
1999	Direção Geral do Ambiente da Comissão Europeia & Direção Geral da Política	“Quadro Comunitário de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável”	O objectivo foi criar um factor de apoio às urbes que tinham a intenção de fazer parte de um programa de sensibilização, cooperação e controlo, visando sobretudo as cidades na sua componente ambiental e

Ano	Entidade	Documento	Descrição
	Regional		ordenamento do território. Participaram neste programa as cidades que fizeram parte da campanha de “Cidades Europeias Sustentáveis”
1994 - 1999	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (Portugal)	“Plano de Desenvolvimento Regional” - “Melhoria da Qualidade Ambiental nas grandes Concentrações Urbanas”	Apesar de este programa não se ter chegado a realizar no campo, foi a primeira vez que foi feito algo relativamente ao “Ambiente e Revitalização Urbana”
1994 - 1994	MAOT	“Programa de Consolidação do Sistema Urbano e Apoio à Execução dos PDM”	Plano que incluía já a valorização das cidades médias
1995	MAOT	“Plano Nacional da Política e do Ambiente”	Plano onde é finalmente admitida a necessidade de uma política pública de ambiente urbano.
1996	MAOT	3º Plano de Desenvolvimento Regional	Consagração das condições para realização de um programa ambicioso no que à requalificação urbana e valorização ambiental diz respeito.

3.2.2. A Origem do Programa POLIS

Em termos de contextualização, cabe referir que, devido às diversas transformações e alterações da estrutura económica e social ocorridas em Portugal após o 25 de abril, o país viu-se alvo de significantes transformações na ocupação do território, que conduziam a um

rearranjo da sua configuração, e fazendo corrigir vários problemas, como é referido em NASCIMENTO (2008):

- Desertificação das habitações localizadas nos centros históricos, levando assim ao abandono e degradação destes;
- Deterioração do património edificado em diversas áreas do núcleo urbano;
- Aumento do trânsito automóvel e por consequência, aumento de congestionamentos do mesmo;
- Desgaste acelerado de uma paisagem urbana desprovida de espaços verdes e espaços públicos;
- Aumento das extensões suburbanas, criadas de forma desorganizada e desprovidas de infraestruturas técnicas e sociais.

Perante tais deficiências, a sobrevivência da cidade estava dependente da implementação de medidas de requalificação e revitalização, medidas estas que valorizam a cidade e auxiliam a recuperação da sua identidade (NASCIMENTO, 2008). A criação de uma política/programa para a requalificação urbana e valorização ambiental das cidades afigurava-se essencial, pois as cidades apenas serviriam como centros de desenvolvimento caso a qualidade do seu ambiente urbano seja elevada sejam possuidores de um certo nível de atratividade. Para QUEIRÓS & VALE, o ambiente das cidade é fulcral para a prosperidade económica do país, pois só uma cidade com uma qualidade de vida urbana e ambiental elevada se torna atrativa para investidores.

Para Portugal, isto significa que os problemas urbanos têm uma componente estratégica que está relacionada com a nova ordem das cidades portuguesas, onde cada uma delas tem um papel e uma importância fundamental na organização territorial. Esta perspectiva vai muito além da gestão sustentável das cidades, que no âmbito da sustentabilidade e ambiente urbano, é o principal objectivo da União Europeia (PARTIDÁRIO & CORREIA, 2007).

O Programa POLIS aparece assim, dando continuidade aos vários estudos comunitários e nacionais, referidos no subcapítulo anterior, que abordavam a qualidade de vida urbana, o ambiente nas cidades e a relevância do sistema urbano nas dinâmicas territoriais e socioeconómicas (NASCIMENTO, 2008).

Segundo PARTIDÁRIO & CORREIA (2007), foram cinco as grandes inspirações para o Programa POLIS, refletindo os contornos da realidade cultural, social e económica fruto de recente evolução urbana e do plano estratégico que as cidades têm na nova reorganização territorial:

- A primeira grande motivação do POLIS adveio do facto de as cidades portuguesas visarem uma reconciliação entre o desenvolvimento urbano e o ambiente, com o

objectivo de aumentar a competitividade e diferenciação da mesma, sempre com a qualidade de vida em mente: as cidades devem atrair novas pessoas, especialmente aquelas fora da influência das grandes metrópoles como Porto e Lisboa, e só atingirão tal objetivo se oferecerem a melhor qualidade possível;

- O segundo grande impulsionador do POLIS foi o reconhecimento da ocorrência de muitos erros no desenvolvimento urbano no passado: perturbações metropolitanas, subúrbios obsoletos, abandono de centros históricos, disseminação de funções centrais, destruição de bens naturais no interior das cidades, nomeadamente rios e zonas costeiras, aumento da zona urbana e inserção do trânsito automóvel, foram tudo erros causados por um processo de desenvolvimento erradamente acelerado.
- A terceira grande razão foi a aceitação por parte do poder administrativo que as intervenções ambientais nas cidades não podem passar apenas pela edificação de estruturas básicas, como os sistemas de abastecimento de água e os sistemas de águas residuais: a qualidade de vida nas cidades não pode ser só uma prioridade dos espaços privados, mas também dos espaços públicos, isto é, fornecer uma qualidade de vida para além dos níveis básicos. Fornecer uma qualidade de vida a nível ambiental dentro das cidades, tornar a cidade ambientalmente atrativa;
- O projeto da EXPO'98 em Lisboa, projeto este que foi aclamado como uma referência no âmbito da requalificação urbana e integração paisagística foi a quarta grande inspiração para o Programa POLIS. Este projeto transformou uma das áreas mais devolutas e poluídas da Europa em espaços realmente apelativos. Foram criadas áreas residenciais, parques públicos e ainda equipamentos para a cultura e lazer. A requalificação levada a cabo para a EXPO 98 estabeleceu, sem dúvida, um novo modelo na qualidade de vida urbana. O objetivo do POLIS foi aplicar os conhecimentos aqui adquiridos e redimensioná-los a uma escala urbana, explorando e desenvolvendo o potencial da requalificação ambiental das cidades;
- A quinta e última grande inspiração foram as várias experiências bem sucedidas de parceria entre o Estado e os governos locais. Uma das grandes experiências foi a anteriormente mencionada EXPO 98, onde houve um excelente articulação entre estado e o governo local. Outra exemplo de sucesso de parceria entre o estado e o governo local foi o empreendimento multimunicipal de abastecimento de água e tratamento de águas residuais. Estes casos inspiraram o modelo institucional onde empresas públicas juntamente com os governos centrais e locais conduziram as intervenções chave do Programa POLIS.

3.2.3. Objectivos e estrutura do Programa

Em traços gerais o Programa POLIS passava pela requalificação das cidades médias portuguesas de uma perspectiva urbanística e ambiental. O que será enunciado em seguida,

serão os objectivos específicos com base no Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (CORREIA, CRUZ, MARTINS, LIBERTADO, & MORBEY, 2000):

- Realizar importantes empreitadas de reabilitação urbana com uma grande vertente de valorização ambiental;
- Realizar operações que sejam preponderantes para a reabilitação e revitalização de centros urbanos e levem a que esses centros sejam mais multifuncionais;
- Apoiar outras operações de reabilitação que visem aumentar a qualidade do ambiente urbano e tornar a presença de componentes ambientais estruturantes mais importante, nomeadamente frentes ribeirinhas ou marítimas;
- Corroborar com atividades que tenham como objetivo aumentar as zonas verdes, fomentar áreas pedonais e limitar o trânsito a automóveis nos centros urbanos.

O Programa POLIS teve 4 frentes de intervenção, cada uma delas abrangendo cidades com características distintas. Na Tabela 3.2 serão apresentados detalhadamente as 4 vertentes, bem como as suas linhas de intervenção.

Tabela 3.2 - Características e vertentes de intervenção do Programa POLIS (adaptado de CORREIA, CRUZ, MARTINS, LIBERTADO, & MORBEY (2000))

Vertentes de Intervenção	Estilo de Intervenção	Características
Vertente 1 Operações Integradas de Reabilitação Urbana e Valorização Ambiental	Estilo 1 Operações sinalizadas pela sua importância e natureza exemplar	Operações integradas e multifuncionais, de dimensão assinalável, que contribuíram para a revitalização de urbes de considerável valor estratégico no Sistema Urbano Nacional, ou para o incremento de novas polaridades em áreas metropolitanas. Era imperativo que fossem consideradas algumas ou a totalidades das vertentes das Cidades Verdes, Digitais, do Conhecimento do Entretenimento e Intergeracionais.
Vertente 2 Operações em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Operações que foram realizadas nas regiões classificadas pela UNESCO, nas cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Sintra e Porto, onde a

Vertentes de Intervenção	Estilo de Intervenção	Características
		principal finalidade era aumentar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas.
Vertente 3 Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Operações nos espaços públicos envolventes de edifícios habitacionais construídos no âmbito de programas de realojamento realizados com o Apoio da Administração Central
Vertente 4 Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Estilo 1 Auxílio às mais recentes formas de mobilidade no espaço urbano	Empreendimentos que tinham como objetivo deslocar o trânsito automóvel dos centros urbanos, limitar a circulação, incentivar a utilização de transportes coletivos e divulgar novos meios de acesso e circulação, nomeadamente vias pedonais e ciclovias.
	Estilo 2 Auxílio à colocação de sistemas de informação e controlo ambiental	Empreitadas que ajudaram a uma melhor definição e controlo do ambiente urbano, especificamente a gestão de variáveis ambientais, processos de recolha seletiva de resíduos, reutilização da água e medidas para a utilização racional de recursos naturais.
	Estilo 3 Auxílio ao reconhecimento urbanístico e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino	Operações de reabilitação ambiental e urbanística do espaço público envolvente de estabelecimentos de ensino.
	Estilo 4 Auxílio a operações de educação ambiental no espaço urbano	Promoção da consciência ambiental da população e aumento da sua participação na vida da cidade, especialmente em relação às questões do ambiente urbano, normalmente ligada à execução de eventos de

Vertentes de Intervenção	Estilo de Intervenção	Características
		reabilitação
	Estilo 5 Auxílio a outras operações com repercussão positiva na qualidade da vida urbana	Operações que devido a diversos factores não são consideradas para as linhas de intervenção anteriores, mas que têm como objectivo melhorar a qualidade de vida urbana, especificamente nas vertentes urbanística e ambiental.

O Programa dividiu-se em 4 componentes, segundo QUEIRÓS & VALE (2005):

- a) A primeira componente do Programa POLIS foi constituída por duas fases, sendo que numa primeira etapa foram escolhidas 18 cidades portuguesas onde seriam realizadas intervenções, e numa segunda fase, através de concurso nacional, foram escolhidas mais 10 cidades, perfazendo um total de 28 cidades abrangidas por esta primeira componente do Programa POLIS e que viram a sua componente urbanística e ambiental melhorada;
- b) A segunda componente do Programa, que contemplava cidades com património classificado pela UNESCO, foram englobadas 5 cidades;
- c) Da terceira componente, fizeram parte as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa;
- d) Finalmente, da quarta componente fizeram parte 6 cidades.

No total, foram realizadas 40 intervenções em 39 cidades. Na Figura 3.1 pode ser vista a disposição espacial das cidades que foram abrangidas pelas várias componentes do POLIS, e na Tabela 3.3 serão listadas as cidades abrangidas (*idem*).

Tabela 3.3 - Lista das cidades abrangidas pelo Programa POLIS (adaptado de QUEIRÓS & VALE)

	Cidades abrangidas pela componente 1 - 1º Fase	Albufeira, Aveiro, Beja, Bragança, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa da Caparica, Covilhã, Guarda, Leiria, Matosinhos, Porto, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Viseu
	Cidades abrangidas pela componente 1 - 2ª Fase	Chaves, Gondomar, Marinha Grande, Portalegre, Setúbal, Silves, Tomar, Torres Vedras, Valongo, Vila Franca de Xira
	Cidades abrangidas pela componente 2	Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Porto, Sintra
	Cidades abrangidas pela componente 3	Área Metropolitana de Lisboa e Porto
	Cidades abrangidas pela componente 4	Barreiro, Elvas, Funchal, Lagos, Moita, Santarém

Como foi dito anteriormente, a escolha das cidades que iriam ser alvos de intervenções POLIS, foi feita de forma criteriosa e discriminatória, isto é, apenas cidades que apresentassem determinadas características seriam escolhidas para receberem este programa. Segundo PARTIDÁRIO & CORREIA (2007), a escolha das 28 cidades que compuseram a primeira componente do Programa POLIS foi baseada nos seguintes critérios de seleção:

- Requalificação de cidades médias com grande capacidade económica mas fraca qualidade de vida urbana;
- Estabelecimento de novos polos ou centralidades nas zonas metropolitanas;
- Requalificação de zonas industriais em estado devoluto que foram abandonadas ou que estavam em crise;
- Melhoramento de cidades localizadas no interior do país, situadas em áreas rurais ou próximas de zonas fronteiriças, que tivessem potencial para serem centros de desenvolvimento regional;
- Melhoramento de zonas marítimas ou ribeirinhas em áreas urbanas;
- Requalificação de edifícios históricos e património natural e sua reinserção na cidade;
- Contribuição para os grandes objectivos do POLIS: a criação de cidades *verdes*, cidades de *conhecimento e entretenimento*, cidades *digitais* e cidades *intergeracionais*;
- Possibilidade de planos estratégicos ou projetos de intervenção urbana previamente discutidos e aprovados nas cidades.

De referir que com estes projetos tão distintos entre si, embora com os mesmo objetivos, as 28 cidades escolhidas viram a sua identidade reforçada graças ao projetos do Programa POLIS, além da resolução dos problemas urbanos e ambientais, serviram também para aumentar a competitividade de cada uma dentro do sistema urbano nacional. Tal sistema é designado como uma rede policêntrica tão descentralizada quanto possível, que pode suportar o desenvolvimento regional e melhoramento das condições de vida da população. Considera-se portanto como sendo o principal componente do processo de desenvolvimento sustentável (PARTIDÁRIO & CORREIA, 2007).

Apresenta-se na Tabela 3.4 a tradução do Programa POLIS em números, de forma a que sejam de maior clareza e entendimento as operações efectuadas nas 28 cidades contempladas na primeira componente POLIS.

Tabela 3.4 - Indicadores de referência (MAOT, 2002)

Tipo de Indicadores	Descrição	Unidades	Totais
Instrumentos de O.T.	Instrumentos de gestão territorial (planos, etc.)	nº	78
Ambiente Urbano	Criação e beneficiação de parques e áreas verdes	m ²	5934662
	Criação e requalificação de espaço público	m ²	1851630
	Requalificação de frentes ribeirinhas	m	73720
	Requalificação de frentes marítimas	m	15850
	Construção de passadiços pedonais	nº	87
Infraestruturas de transporte	Ciclovias	m	103130
	Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	m ²	150170
	Criação de novos percursos pedonais	m	135923
	Estacionamento dissuador	nº lug.	23052
Edifícios	Demolições para requalificação urbana	m ²	186227

Como referido anteriormente, um dos pilares do Programa POLIS era a intervenção em frentes ribeirinhas, como provam os dados obtidos por PINTO (2007), que das 30 intervenções sobre as quais se obteve dados, 18 delas intervêm sobre frentes de rio e 5 sobre frentes de ribeira, o que atesta a importancia da reabilitação destes elementos e da sua reincerção na cidade.

3.2.4. Estrutura de gestão e financiamento do Programa POLIS

Para a realização do Programa POLIS foram elaboradas dois tipos de estruturas organizacionais, nomeadamente as Sociedades Polis e Contrato-Programa. As Sociedades Polis são organizações estruturalmente autónomas com a finalidade de tratar dos assuntos de sustentabilidade num período de tempo determinado. Têm uma organização funcional mais flexível que a normalidade das burocracias governamentais, levando a que não lhes sejam imputados gastos administrativos relevantes relativos à gestão financeira e recursos humanos. Cada uma destas Sociedades é responsável pela decisão e execução da intervenção física, ficando apenas a calendarização e aprovação financeira dependentes de um aval prévio efetuado conjuntamente pelo governo local e pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (PARTIDÁRIO & CORREIA, 2007).

Das 28 cidades abrangidas pelo primeiro componente do POLIS 20 delas tinham programas aprovados, o que originou que se tenham elaborado 20 Sociedades POLIS, enunciadas de seguida (QUEIRÓS & VALE, 2005):

- AVEIROPOLIS, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro;
- BEJAPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, S.A.;
- COSTAPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, S.A.;
- GAIAPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, S.A.;
- POLIS COVILHÃ - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, S.A.;
- POLISGUARDA - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, S.A.;
- POLISVILA DO CONDE - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde, S.A.;
- PORTALEGREPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Portalegre, S.A.;
- Porto 2001, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM ALBUFEIRA, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM BRAGANÇA, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS NO CACÉM, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM CASTELO BRANCO, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM COIMBRA, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM LEIRIA, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM MATOSINHOS, S.A.;
- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM VIANA, S.A.;

- Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS EM VILA REAL, S.A.;
- TOMARPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, S.A.;
- VISEU POLIS, S.A..

Os Contrato-programa englobavam diretamente os executivos municipais, os incentivos políticos e eleitorais, o que levava a que as políticas urbanas a curto prazo fossem mais valorizadas, favorecendo assim os objetivos mais vistosos, negligenciado a promoção da sustentabilidade. Tal política levou a que as cidades ao abrigo do primeiro tipo de estrutura organizacional, Sociedade Polis, fossem mais bem sucedidas na obtenção das metas de sustentabilidade que as cidades que optaram pelo segundo tipo, Contrato-programa (MAMEDE & TAVARES, 2010).

O modelo de financiamento do programa POLIS assenta na criação de parcerias entre o Estado e as Autarquias Locais, ficando 60% a cargo do Estado e 40% a cargo da Câmara Municipal da cidade onde irá ser realizada a intervenção. Este capital é concretizado através da criação do capital social das supracitas Sociedades POLIS. No entanto, a maior percentagem de financiamento fica a cargo dos fundos comunitários, nomeadamente a Intervenção Operacional do Ambiente e as Intervenções Operacionais Regionais. Outra forma de financiamento do programa são os fundos empresariais públicos ou privados (NASCIMENTO, 2008).

No que ao financiamento comunitário diz respeito, a Iniciativa Comunitária INTERREG III também foi uma das principais fontes de financiamento. No geral previa-se que os fundos comunitários representassem 58% do investimento total, sendo o FEDER o maior financiador, o Estado e as Autarquias 16% e o autofinanciamento, que era derivado das receitas geradas por operações imobiliárias associadas ao programa POLIS, 10%, mas na realidade o que se verificou, foi que o investimento comunitário atingiu os 75%, o Estado investiu 15%, e as Câmaras Municipais contribuíram com os restantes 10% (QUEIRÓS & VALE, 2005).

Os fundos comunitários foram distribuídos através de dois programas operacionais do QCA III, sendo eles o Programa Operacional do Ambiente (medida 2.1) e os Programas Operacionais Regionais (Eixo 2 + Eixo3). Do Eixo 2 fazem parte as ações para qualificação das cidades e reabilitação metropolitana com o objectivo de aumentar a qualidade do ambiente físico urbano. As Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas fazem parte do Eixo 3. Na Figura 3.2 será apresentado um esquema com os vários programas operacionais do QCA III. De salientar que todas as intervenções do Programa POLIS estão dependentes do financiamento prévio destes programas. (*idem*)

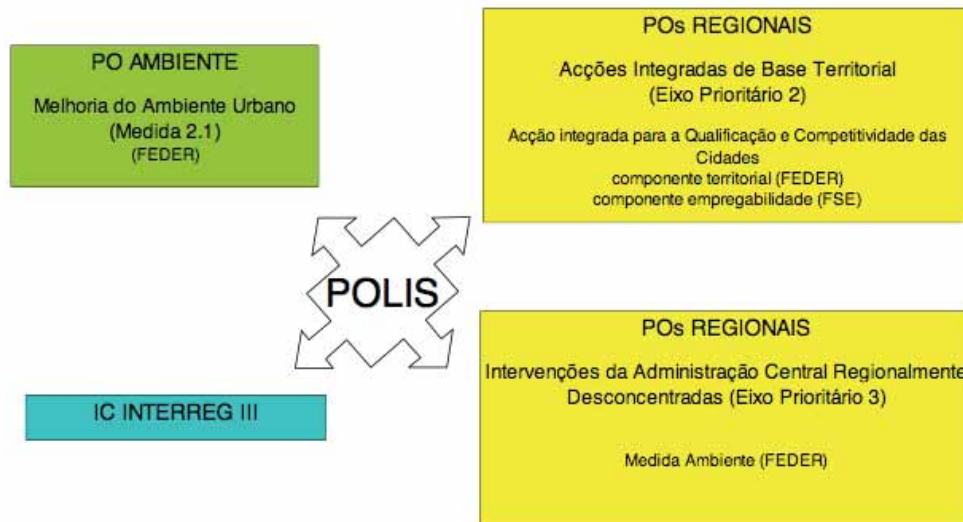


Figura 3.2 - Programas Operacionais do QCA III (QUEIRÓS & VALE, 2005)

No Gráfico 3.1 será ilustrada a distribuição do financiamento do Programa POLIS. Segundo PESTANA, PINTO-LEITE & MARQUES (2009), que difere de QUEIRÓS & VALE (2005), refere que o financiamento nacional público foi de 544.300.000€, o FEDER (fundos comunitários) contribuiu com 423.300.000€ e o financiamento privado e as receitas geradas foram de 205.400.000€.

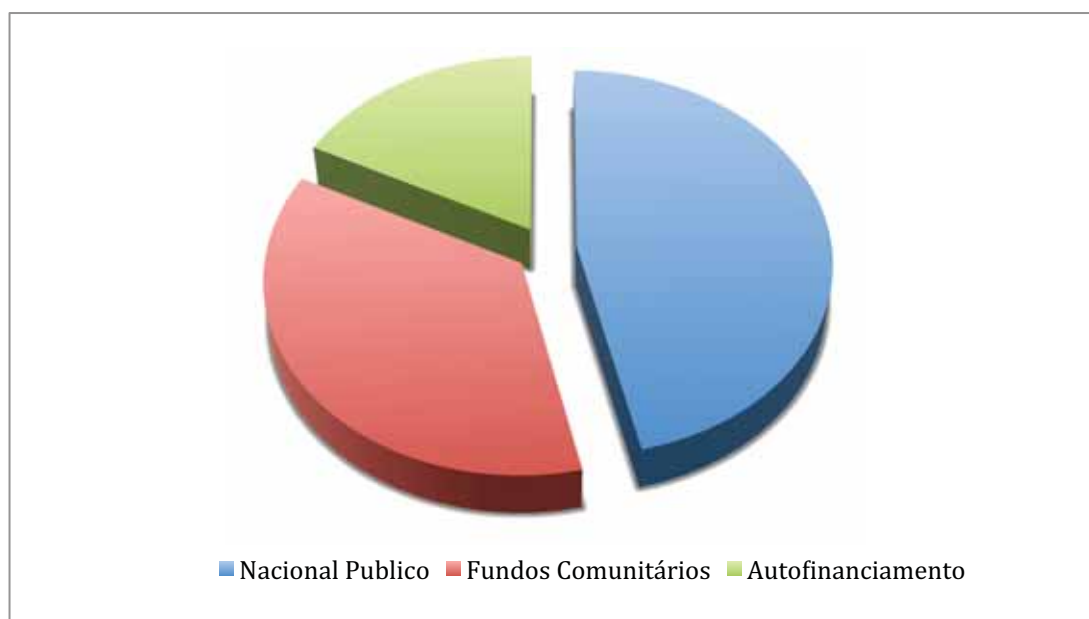


Gráfico 3.1 - Origem do financiamento do Programa POLIS (adaptado de PESTANA, PINTO-LEITE, & MARQUES (2009))

Nas 39 cidades de Portugal continental e ilhas onde foram executadas as 40 intervenções, no somatório de todos os componentes do Programa, estas intervenções englobaram um investimento direto de 1.173.000.000€ (1,173 milhões de euros), onde 78% deste se destinava ao primeiro componente - Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental (QUEIRÓS & VALE, 2005).

3.3. Política de Cidades POLIS XXI

A Política de Cidades POLIS XXI insere uma nova etapa de intervenção urbana que procura solucionar três pontos essenciais na política de cidades, nomeadamente tornar a dimensão intraurbana mais ampla de modo a conceber o desenvolvimento das cidades tanto nas redes urbanas nacionais e internacionais como na região onde se integram; tonar a intervenções físicas como meios de transformação da cidade em espaços de coesão social, competitividade económica e qualidade ambiental; encorajar diferentes formas de governação, onde a participação dos cidadãos seja maior e haja mais flexibilidade na cooperação entre cidades e os espaços envolventes. Este foi implementado através da experiência acumulada de programas de âmbito semelhante, tanto comunitários, como é exemplo o URBAN, como nacionais, como o POLIS (MAOTDR, 2007).

Na figura abaixo, será apresentada a configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI, enunciado as suas ambições, quais os territórios alvo, as dimensões das intervenção, os instrumentos da política e ainda os programas e formas de financiamento:

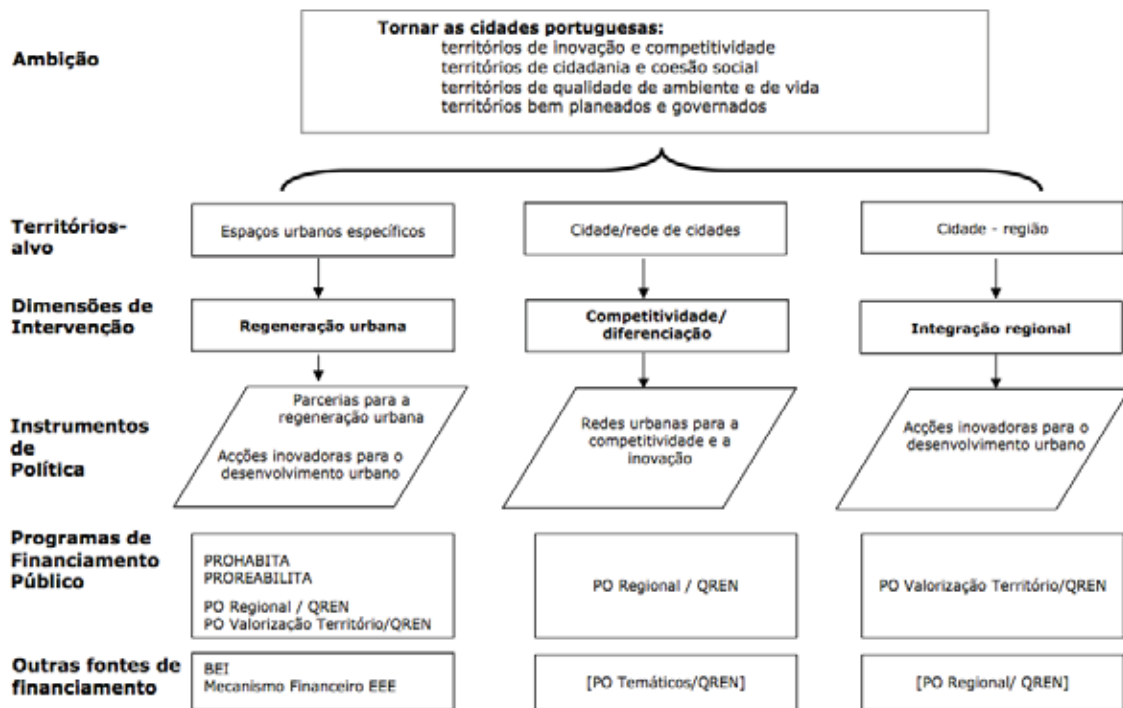


Figura 3.3 - Configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI (MAOTDR, 2007)

4. Caso de estudo - Parte I - Plano Estratégico da Covilhã

4.1. Introdução

Neste capítulo será feita uma abordagem à intervenção POLIS na cidade da Covilhã, tendo como base o documento “Plano Estratégico da Covilhã”. Este documento foi elaborado na sequência da assinatura do protocolo entre o Ministério do Ordenamento do Ambiente e Ordenamento do Território e a Câmara Municipal da Covilhã, e nele estão as várias ações previstas ao abrigo do Programa POLIS na cidade, bem como as origens do financiamento.

Em primeiro lugar será abordada a importância histórica da Covilhã, nomeadamente como esta se tornou um dos pontos mais importantes na indústria dos lanifícios do país, e como isso levou à degradação dos cursos de água e condicionou a forma da cidade.

Posteriormente será feito um enquadramento socioeconómico, que baliza os objectivos da intervenção do POLIS na cidade e os pilares dos empreendimentos realizados. Por último serão listadas todas as intervenções propostas, a expectativa de término das mesmas, e ainda os gastos e fontes de financiamento do programa, enumerando as várias fontes de financiamento.

4.2. Covilhã

Situada entre a ribeira da Carpinteira e da Goldra, na encosta da Serra da Estrela, a cidade da Covilhã sempre teve uma importância estabelecida ao longo da história de Portugal. Como posto fronteiriço, a confirmação da sua importância veio em 1186 quando D. Sancho I lhe atribuiu a Carta Foral, tendo sido capital do reino durante o período da Reconquista, várias vezes conquistada e reconquistada, ficando quase totalmente destruída no processo, pelos mouros. Finda a época de luta pela conquista de fronteiras face aos mouros, a cidade e a região iniciariam um processo económico a vários níveis, nomeadamente a criação de uma feira anual para incentivo do comércio e ao desenvolvimento da indústria artesanal de lanifícios, foi um marco importante sendo que um segundo foral foi concedido à Covilhã em 1510 pelo rei D. Manuel I quando esta já era uma vila com o crescimento populacional e económico acentuado, devido à agricultura, pastorícia, fruticultura, floresta e lanifícios. Situada junto a vários cursos de água, cedo se percebeu a potencialidade da Covilhã para as indústrias de manufacturas de panos, estando sediadas ao longo dos vários cursos de água vários engenhos e fábricas, tornando-a assim como o centro industrial têxtil do país, fazendo

parte do amplo plano de desenvolvimento, no domínio e independência do país (face ao comércio e dependência com Inglaterra). Em 1677, a Fábrica d'El Rei, situada junto da ribeira da Carpinteira foi considerada a melhor do país, e em 1763, a mando do Marquês de Pombal foi edificada junto da ribeira da Goldra aquela que viria a ser o grande motor de desenvolvimento da Indústria de lanifícios da região, a Real Fábrica de Panos da Covilhã, Fundão e Portalegre (CMC, 2000).

Atualmente, e depois de uma fase de grande crescimento da industria que atingiu o seu auge no início do século XX, esta entra em declínio na última década do mesmo século, estando atualmente reduzida a um punhado de unidades fabris.

Hoje em dia, a cidade da Covilhã, considerada faz parte de um dos itinerários culturais europeus, a Rota da Lã, que pela importância histórica e turística, é uma rota que abrange tanto o percurso económico da lã enquanto matéria prima, como percurso turístico do património industrial ligado lanifícios (PINHEIRO). Na Figura 4.1 pode ser vista a Rota da Lã, e a Covilhã como ponto centralizador da mesma.

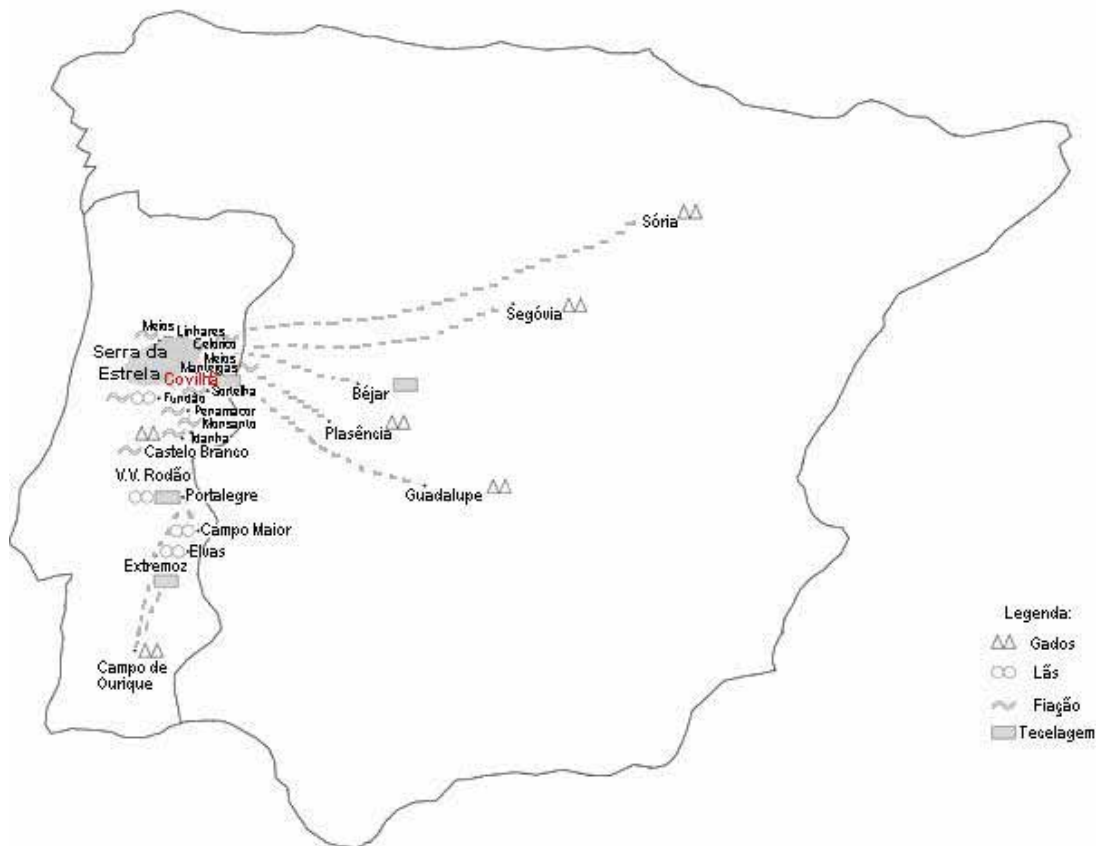


Figura 4.1 - Rota da Lã (JESUS, 2008)

Os dois cursos de água anteriormente mencionados, que tanto rendimento e riqueza proporcionaram à região viram-se vítimas do próprio sucesso, pois viram as suas águas serem poluídas pelos produtos que vinham das diversas fábricas, que nunca procuraram utilizar técnicas de tratamento dos seus fluidos, que ao longo dos anos se foram erguendo no decorrer do seu percurso. Esta poluição afectou a qualidade de vida urbana, levando a um afastamento da população das áreas ribeirinhas, das suas águas, leitos e margens poluídas (CMC, 2000).

4.3. O Programa POLIS na Covilhã

4.3.1. Enquadramento Socioeconómico e Ambiental da Covilhã

(Fonte: CMC (2000))

O concelho da Covilhã, pela sua localização, permite-lhe ter uma posição relevante no eixo de desenvolvimento da região, composto pela Guarda, Covilhã e Castelo Branco, e na sua região da Cova da Beira.

Apesar de ser o concelho do Fundão aquele com a maior área na Cova da Beira, é no concelho da Covilhã que se concentra mais de metade população da Cova da Beira, sendo o que apresenta maior densidade populacional e maior numero de habitantes como poderá ser visto na Figura 4.2.

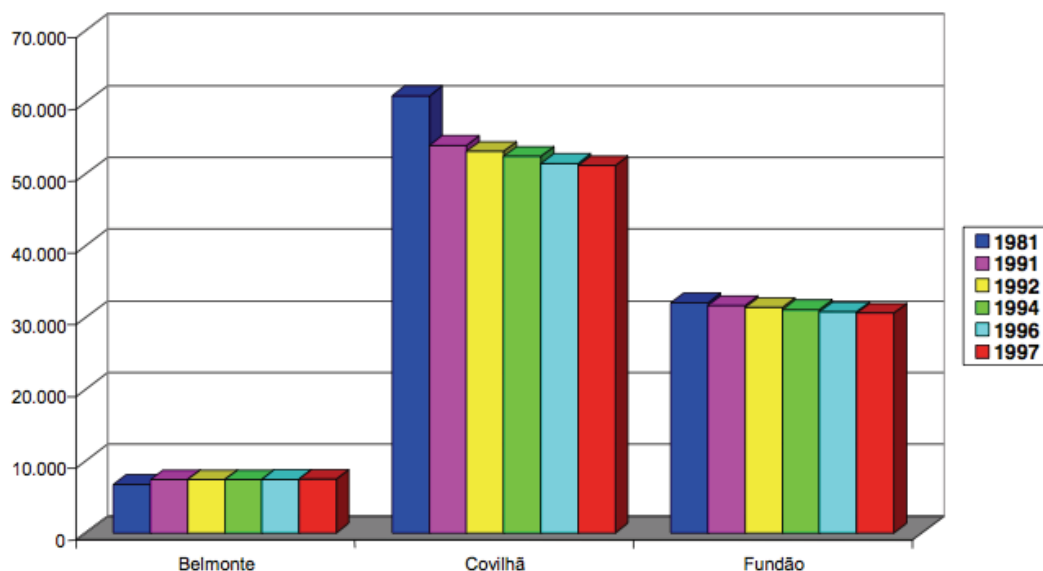


Figura 4.2 - Representação da Evolução da População na Cova da Beira (CMC, 2000)

De referir que nas ultimas décadas do século passado verificaram-se fortes movimentos migratórios, tanto para as zonas urbanas litorais como para fora do país, levando a que o número de população residente tenha sofrido um grande decréscimo. No concelho da Covilhã, a crise que se instalou na industria dos lanifícios nos anos 80, é a grande causadora da perda de população, pois a população saiu em busca de zonas de mais atrativas e de maior desenvolvimento económico. Os números da perda de população variam, pois segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), desde 1981 até 1997 o concelho da Covilhã perdeu cerca de 10.000 habitantes, mas de acordo com a Associação de Municípios Portugueses (AMP) houve também descidas populacionais, mas não tão elevadas, ficando-se pelos cerca de 8.000 habitantes.

O envelhecimento da população é um fenómeno cada vez evidente, especialmente nas zonas interiores do País, encontrando-se a Cova da Beira acima da média nacional. No entanto, comparativamente com outras sub-regiões interiores, a Cova da Beira é a que tem os maiores índices de população jovem, e dentro dos 3 concelhos da Cova da Beira, o da Covilhã é o que tem maior capacidade de rejuvenescimento. Em Belmonte e no Fundão, segundos os censos de 1991, o caso era mais preocupante pois o número de pessoas com mais de 65 anos era superior ao número de pessoas com 15 anos. Posto isto, a modernização e desenvolvimento da Cova da Beira torna-se um factor essencial pois só assim se conseguiria tornar esta zona atrativa para a população jovem.

Como forma de comparação da evolução da população nas últimas três décadas, no Gráfico 4.1 são apresentados os registos populacionais de Belmonte, Covilhã e Fundão, segundos os censos do INE. São apresentados os dados relativos aos censos antes do programa (1991), durante a execução do programa (2001) e depois da aplicação dele (2011).

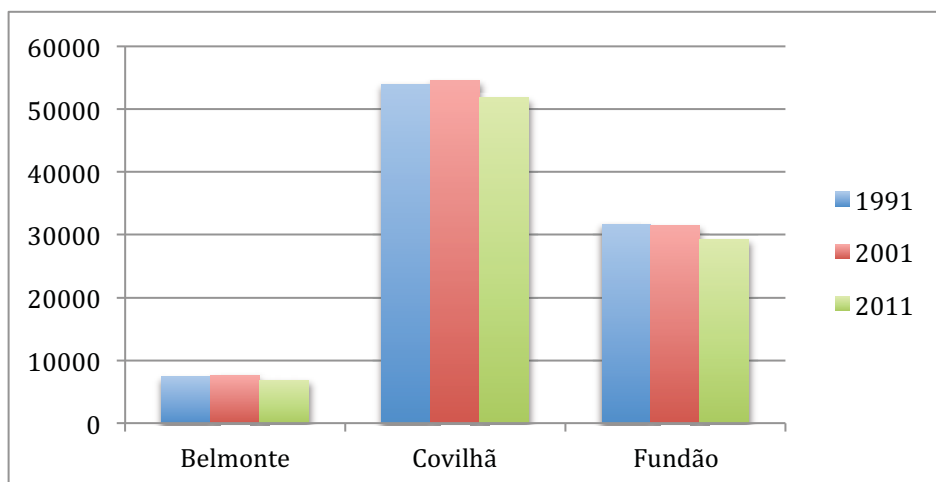


Gráfico 4.1 - População da Cova da Beira nos últimos 3 registos estatísticos (Censos) (INE)

Relativamente à população ativa, a maior parte da população encontrava-se no setor secundário, seguida do primário e em último pelo terciário. No secundário predominava a indústria de lanifícios e vestuário, empregando cerca 36% da população ativa; a construção civil e a metalomecânica eram também atividades importantes neste setor. O setor terciário encontrava-se em franca expansão, e era constituído por instituições bancárias, companhias de seguro, gabinetes de projeto e gabinetes de contabilidade. O comércio era também uma grande parte de setor, com cerca de 800 estabelecimentos. O setor primário abrangia a produção de cereais, leguminosas para grão, batata, hortícolas, fruta, vinho, azeite, bovinos, ovinos, caprinos, suínos e floresta.

No que ao turismo diz respeito, a Covilhã tem ao seu dispor um inestimável património histórico e paisagístico. Atividades de lazer e cultura, boas infraestruturas de saúde e apoio social, beleza paisagística são apanágio da Covilhã - o melhor exemplo da qualidade de vida que se pode ter nesta região. A sua localização junto das serras da Estrela, Malcata e Gardunha, em conjunto com os seus únicos recursos naturais e históricos, dão à Covilhã um vasto leque de atrações turísticas, que a tornam única no contexto nacional.

A Covilhã é dotada ainda de um vasto património Histórico-Cultural e Industrial. Do primeiro fazem parte vários castelos, judiarias e museus, e do segundo, nas margens das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, por onde se estruturou o crescimento urbano da cidade, encontram-se várias antigas fábricas de lanifícios abandonadas. De salientar, as ruínas da fábrica fundada pelo conde da Ericeira em 1677 e a Real Fábrica dos Panos, que atualmente pertence à Universidade da Beira Interior (UBI) e onde se pode visitar o Museu dos Lanifícios.

Na Figura 4.3 será representado um mapa do vasto património industrial da Covilhã, nas Ribeiras da Carpinteira e da Goldra. Seguidamente, na Figura 4.4 está representada uma antiga fábrica da Ribeira da Carpinteira, nomeadamente a Fábrica António Estrela & Cia, enquanto que na Figura 4.5 está representada uma antiga fábrica da ribeira da Goldra (que agora faz parte da UBI), a Fábrica de Tapetes António Lopes. Finalmente, na Figura 4.6, mostra-se a ribeira da Carpinteira com várias das suas fábricas.

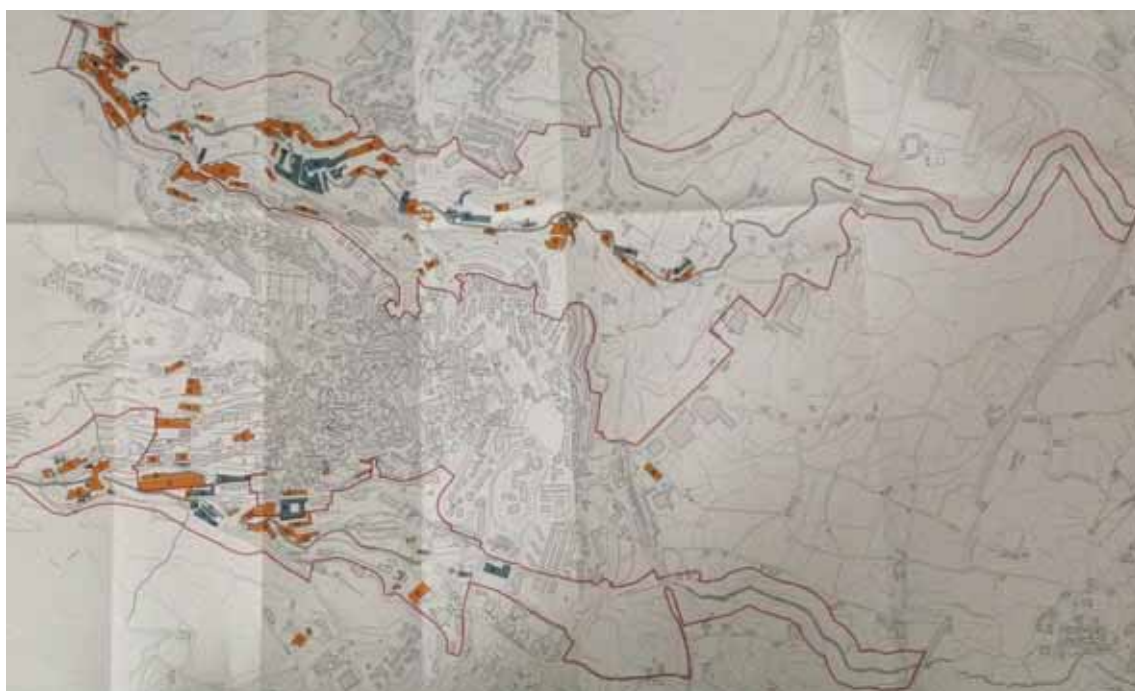


Figura 4.3 - Planta do Património Industrial nos vales da Ribeira da Carpinteira e Goldra (CMC, 2000)



Figura 4.4 - Fábrica António Estrela & Cia na Ribeira da Carpinteira (BORGES, 2014)



Figura 4.5 - Antiga Fábrica de Tapetes António Lopes na Ribeira da Goldra (BORGES, 2014)



Figura 4.6 - Ribeira da Carpinteira (JESUS, 2008)

4.3.2. Os Objetivos da Intervenção na cidade

Como já foi citado anteriormente, a grande finalidade do Programa POLIS era melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções urbanísticas e ambientais, de modo a aumentar a sua atratividade e competitividade no contexto urbano nacional. No caso da cidade da Covilhã, a intervenção passa pela Requalificação Paisagística e Urbana dos Vales das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira, ribeiras estas dotadas de vales profundos e que já foram os grandes motores da indústria dos lanifícios.

Muitas destas fabricas foram abandonadas ao longo dos anos, levando à degradação do património industrial e dos vales destas ribeiras. A mão de obra do sector primário foi também gradualmente mudando para o comércio e serviços, o que levou a um abandono da paisagem agrícola tradicional, sendo este mais um dos agravantes da degradação dos vales destas duas ribeiras.

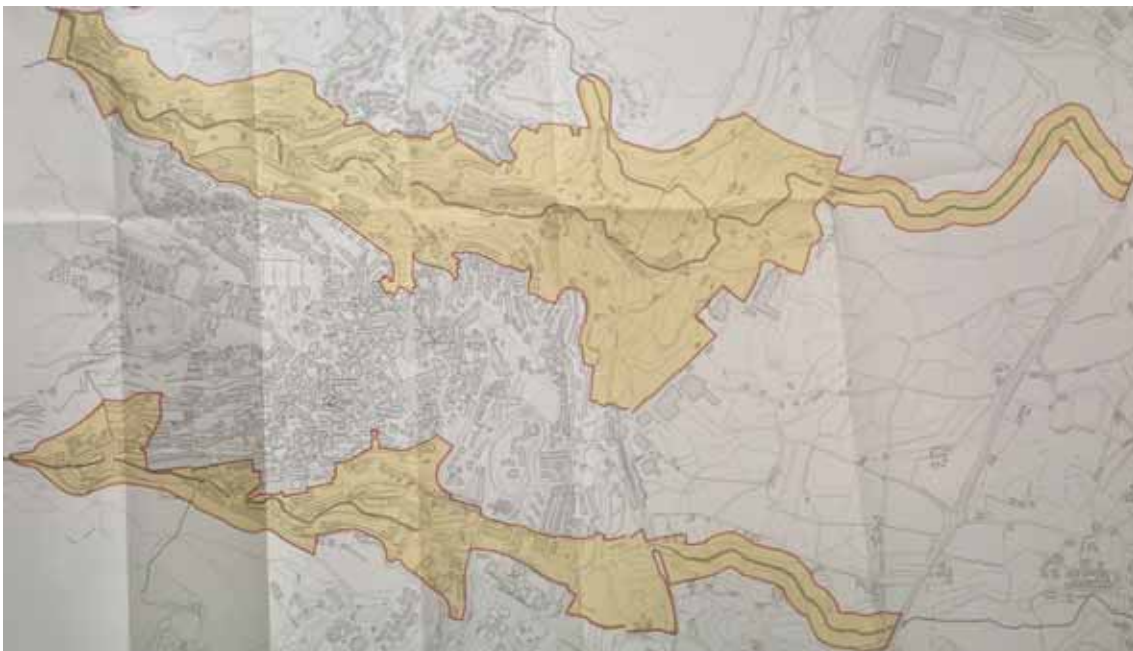


Figura 4.7 - Planta das zonas de Intervenção (CMC, 2000)

O Programa POLIS, que tem como áreas de intervenção as apresentadas anteriormente na Figura 4.7, apresentou-se como uma ótima oportunidade para combater esta degradação dos vales das ribeiras, com várias intervenções em diversas frentes, como se poderá ver no esquema seguidamente apresentado:

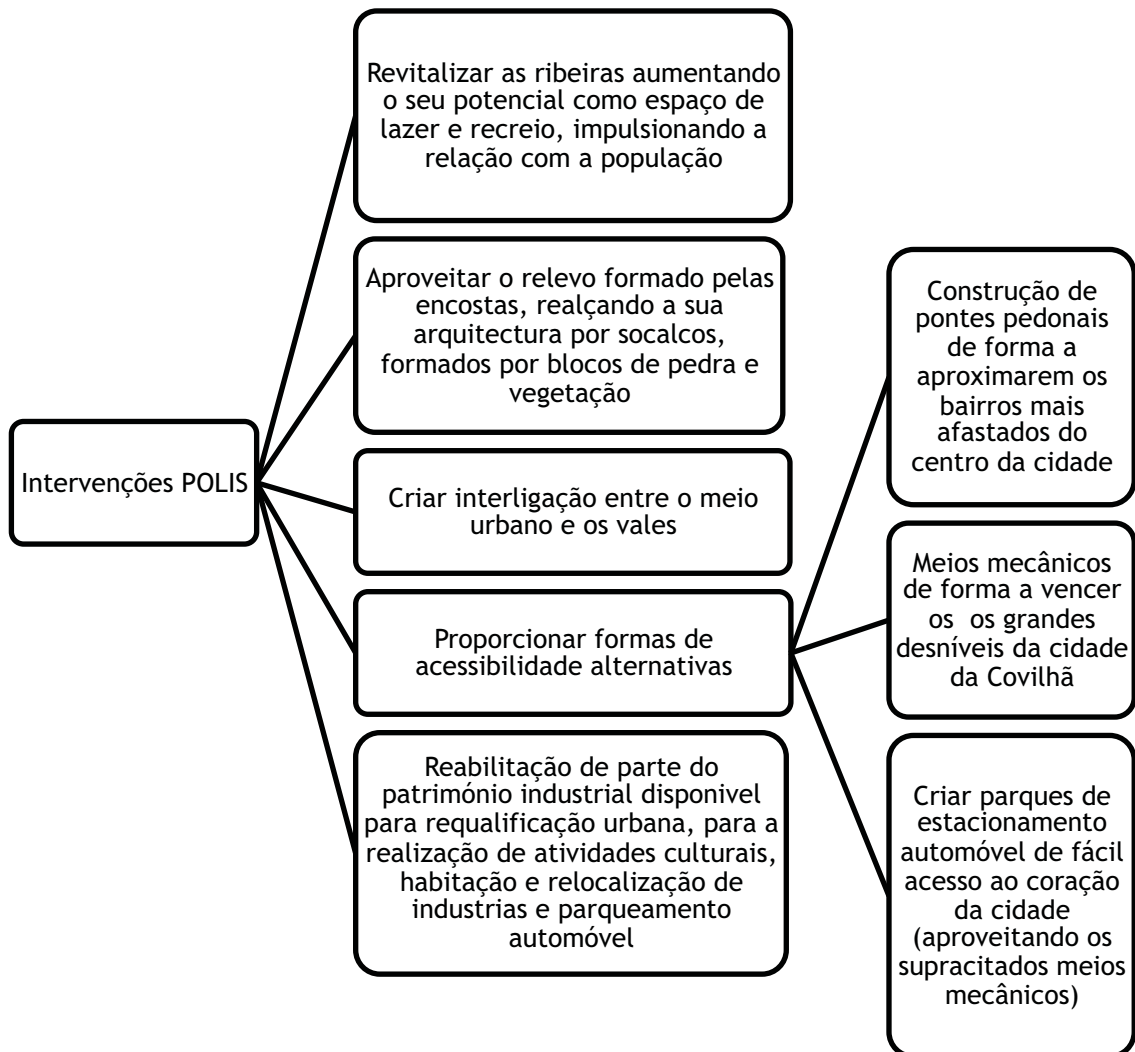


Figura 4.8 - Propostas de intervenção do Programa POLIS na Covilhã (Adaptado de CMC (2000))

Para a realização destas intervenções, e com o objetivo de obter uma maior sustentabilidade do sistema urbano, foram criados os Planos de Pormenor para as ribeiras da Carpinteira e Goldra.

O Plano Pormenor do Vale da Ribeira da Goldra foi da autoria dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Luís Cabral, abrange uma área aproximada de 47.600 m², e propunha o seguinte:

- Qualificação e valorização da paisagem do vale, de superior impacto visual, à entrada da cidade;

- Requalificação da zona do leito de margens da ribeira, criando espaços públicos, nomeadamente piscinas flúvias , jardins e quedas de água;
- Recuperação urbanística da área habitacional a norte, rematando os prédios existentes de grande volumetria com a nova frente construída virada para o espaço público junto ao rio;
- Melhoramento da mobilidade e da acessibilidade ao coração da cidade com a construção de duas pontes pedonais complementadas por escadas mecânicas;
- Salvar e requalificar o património industrial através da valorização do conjunto da grande chaminé de tijolo que se encontra nas imediações de duas fábricas de têxteis do século XIX;
- Relocalização das indústrias poluentes a montante, requalificando a área onde anteriormente se encontravam, de modo a revitalizar o tecido urbano e requalificar a paisagem;
- Criação de bolsas de estacionamento na base dos meios mecânicos que farão a ligação à zona sul do centro histórico;
- Criação de percursos pedonais e ciclovias ao longo das margens da ribeira.

O Plano de Pormenor do Vale da Ribeira da Carpinteira foi também da autoria dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Luís Cabral, e com 128.00 m², tinha como objectivos:

- Requalificação da zona do leito da ribeira e das respectivas margens, através da criação de um espaço público adequado para o recreio juvenil, onde estariam incluídos campos desportivos de apoio aos bairros envolventes;
- Criação de fontes edificadas voltadas para a ribeira, requalificando áreas de tecido urbanas degradadas;
- Qualificação urbanística de áreas habitacionais degradadas;
- Construção de três pontes pedonais de modo a facilitar o acesso ao centro da cidade, complementadas por percursos pedonais com o objectivo de ligar o centro da cidade aos bairros a norte da mesma;
- Salvar e requalificar o património industrial, valorizando os espaços circundantes de conjuntos de grande dimensão e qualidade arquitectónica;
- Reconversão de um elemento vital do património industrial, pela qualidade da sua arquitetura e localização emblemática no vale da ribeira da Carpinteira, com o objetivo de o tornar um local para fins culturais, didáticos e pedagógicos;
- Relocalizar as várias indústrias da ribeira da Carpinteira para perto dos eixos viários estruturantes;
- Criação de percursos pedonais e ciclovias no decorrer das margens da ribeira;
- Qualificação e valorização da ribeira e respectivas margens.

Um dos fatores determinantes na estratégia de intervenção é a comunicação com a população. Pretendia-se uma participação ativa desta no decorrer do programa: não só lhes dando a conhecer o mesmo, mantendo-a ao corrente do decorrer dos projetos, mas também propondo-lhe uma reflexão sobre as várias componentes ambientais, promovendo ações que levassem a uma maior aceitação da intervenção na cidade por parte da sua população, visando assim um dos eixos que constitui um verdadeiro planeamento sustentável (participação e envolvimento ativo da população na tomada de decisões para que esta se identifique com planos adotados e assim não haja dificuldades na sua implementação).

4.3.3. Os pilares da Intervenção

Nas figuras seguidamente apresentadas (Figura 4.9, Figura 4.10 Figura 4.11) serão elencados os cinco pilares pelos quais o programa POLIS se regeu:

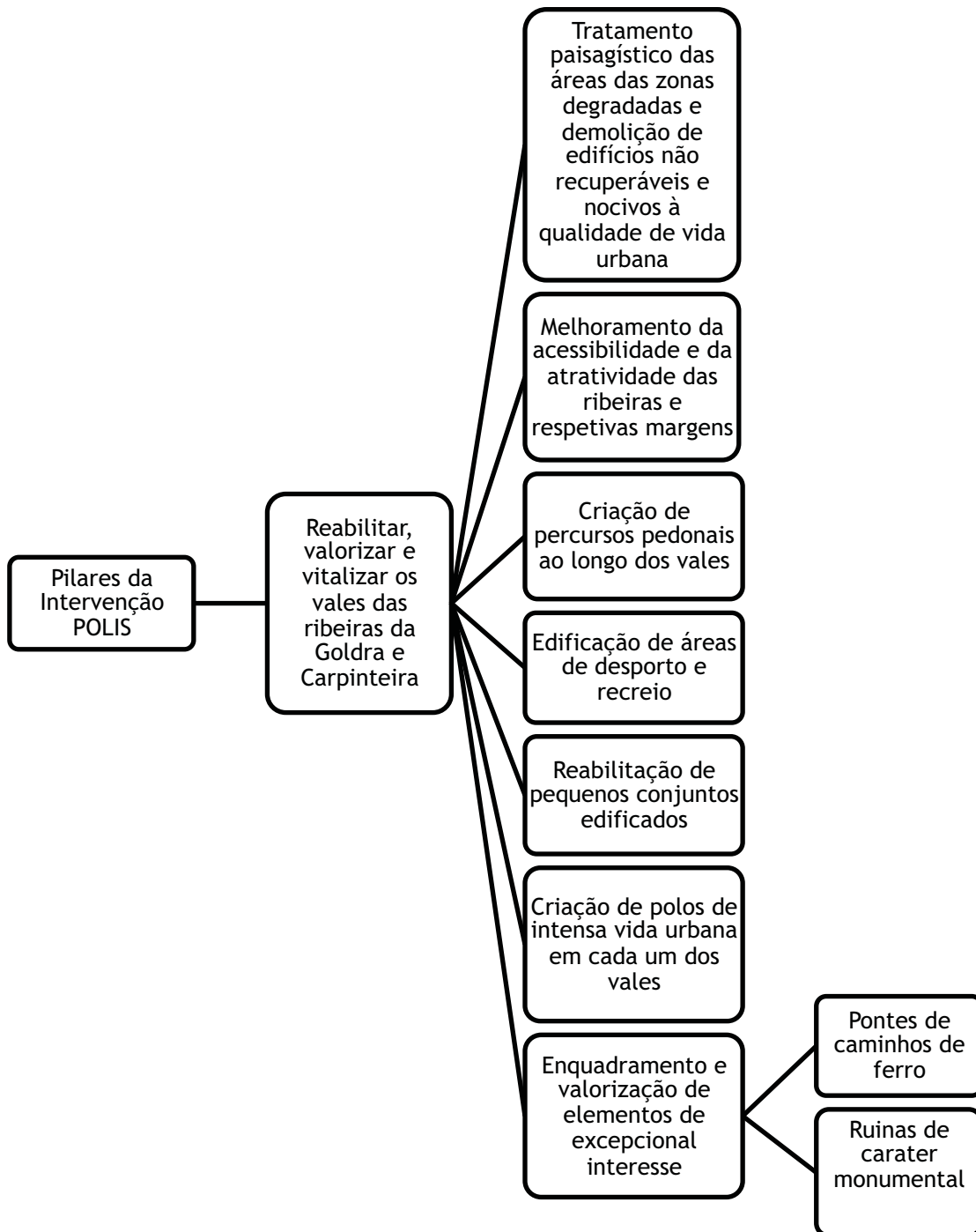


Figura 4.9 - Pilares da intervenção POLIS (adaptado de CMC (2000))

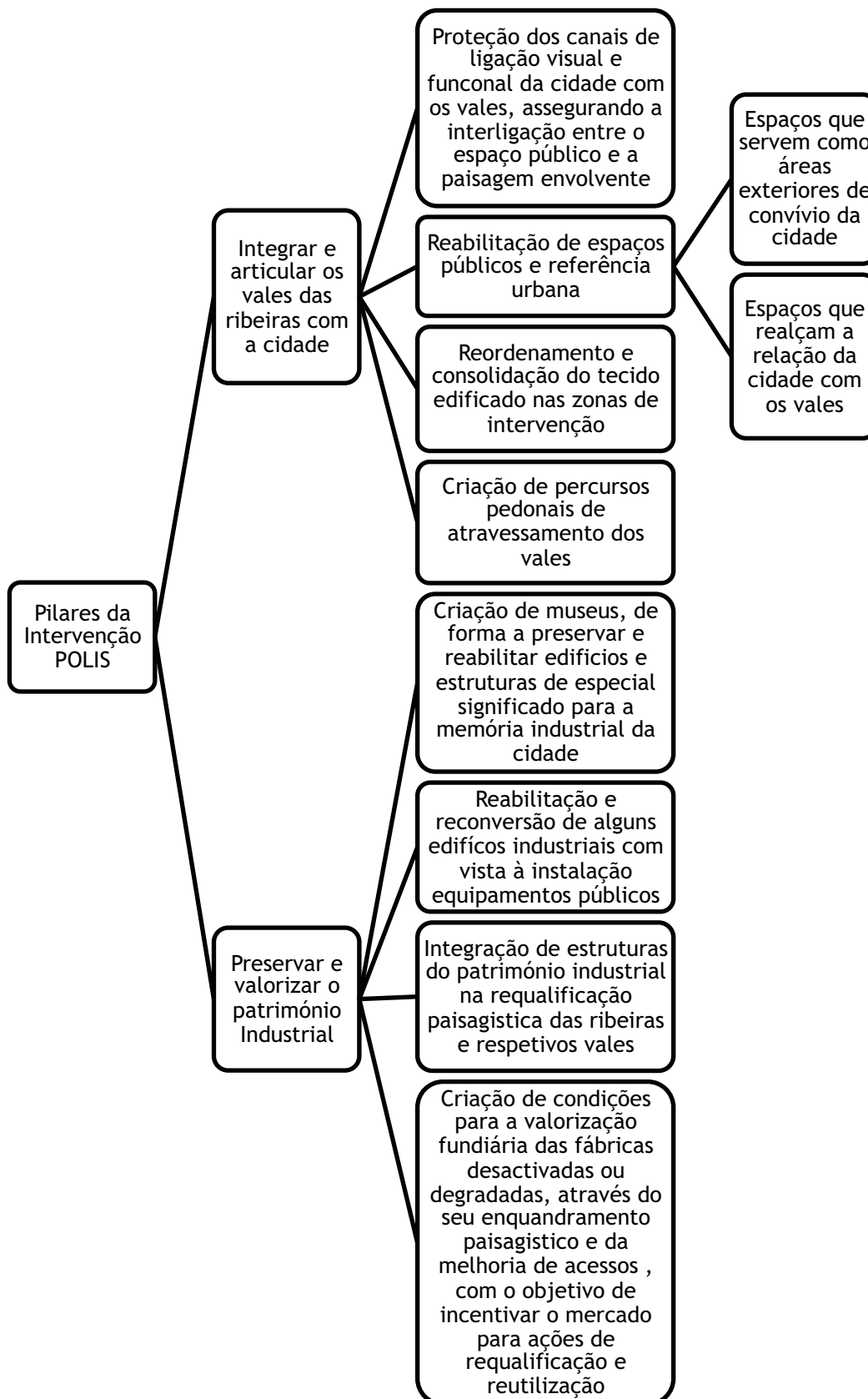


Figura 4.10 - Pilares da intervenção POLIS (adaptado de CMC (2000))

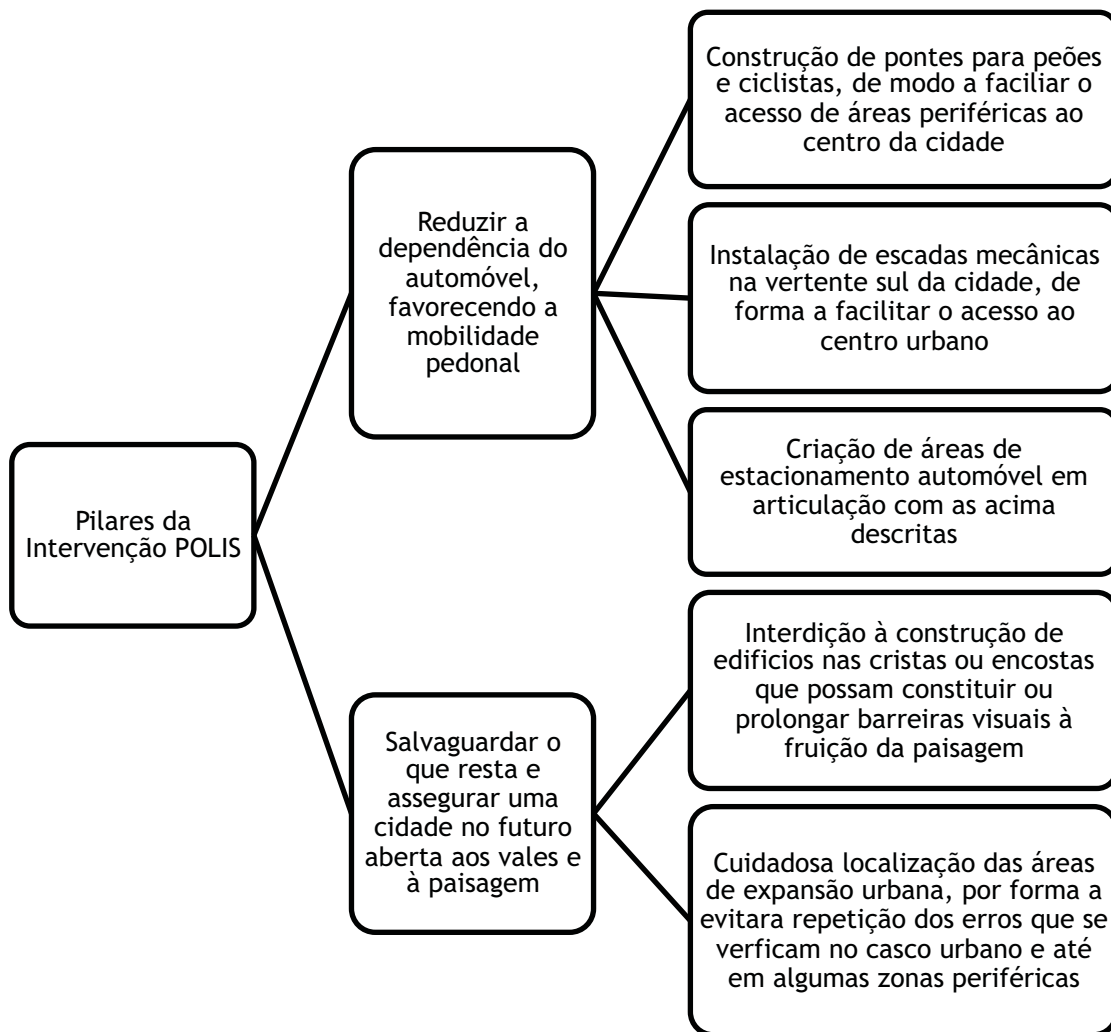


Figura 4.11 - Pilares da intervenção POLIS (adaptado de CMC (2000))

Durante a requalificação das margens das ribeiras, além da criação dos jardins e parques, foram ainda concebidos edifícios de modo a rematar a malha urbana, sempre seguindo critérios de qualidade. Posto isto, os complexos industriais que apresentem deficiências no desempenho energético, bem como zonas habitacionais degradadas fazem parte do grupo de edifícios que sofrerá ações de requalificação.

Como se pretendem despoluir as ribeiras, uma realocação das indústrias poluentes tornou-se necessária: o local ideal foi encontrado próximo da zona industrial e da via distribuidora de maior tráfego, TCT - Eixo Teixoso - Covilhã - Tortosendo -, permitindo assim o desvio do trânsito de pesados do centro da cidade. A realocação de todas as unidades fabris em zonas próximas torna possível o uso de soluções coletivas para tratamento dos seus efluentes.

De salientar ainda que foram tomadas medidas para incentivar o uso agrícola dos solos ainda existentes dentro da cidade, de modo a preservar todas as áreas verdes possíveis.

4.3.4. Empreendimentos do Programa POLIS

Foram apresentados vários tipos de projetos para as ribeiras. Na Tabela 4.1 enumeram-se os vários tipos de empreendimentos e obras a executar:

Tabela 4.1 - Empreendimentos previstos no Programa POLIS (adaptado de CMC (2000))

	Tipos de Projeto	Obras
1	Tratamento de Ribeiras	<p>Plantação de matas ribeirinhas - enquadramento das ribeiras com árvores da mata ribeirinha;</p> <p>Ecosistemas autorregeneradores - criação de planos de água de fitolagunagem, com espécies apropriadas à depuração biológica, para afinação da qualidade da água e para fins didáticos.</p>
2	Parques Lineares	<p>Alamedas e matas ribeirinhas - percursos ao longo das ribeiras, em parte sobre o futuro traçado dos emissários de esgotos domésticos a instalar ao longo dos vales:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mata da Fonte Santa; - Alamedas ribeirinhas nos troços rurais das ribeiras da Goldra e Carpinteira; - Passeio das Ramolas, ligando num percurso este conjunto patrimonial; - Desmatação seletiva de ribeiras.
3	Construção de jardins e parques	<p>Rossio da Ponte do Rato - criação de uma rotunda integrando duas obras de arte, envolvida por um amplo espaço equipado de comércio e restauração</p> <p>Parque da Goldra - parque com um conjunto de piscinas fluviais</p> <p>Jardim “Martir in Colo” - limpeza e tratamento da zona do vale junto à ponte</p> <p>Jardim do Lago - jardim entre a estação rodoviária e a estação de caminhos-de-ferro</p>

	Tipos de Projeto	Obras
		Jardim da Carpinteira - em complemento do equipamento desportivo de ar livre Jardim do Museu da Cidade Miradouros em “testas de pontes”
4	Outras melhorias da paisagem dos vales	Limpeza e desmatação das espécies infestantes Limpeza das Ribeiras - limpeza de lixos dos leitos e margens das ribeiras Percurso viciniais da várzea da ribeira da Carpinteira
5	Reestruturação viária	Vias a montante da Ponte do Rato Via do Parque da Goldra Via do Jardim do Lago Via do Jardim da Carpinteira Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras, acesso ao TCT e ligação à Calçada das Poldras/Bairro do Rodrigo Via e Ligação da Rua da Saudade e Rotunda do Rato
6	Criação de áreas de estacionamento automóvel	Silo-auto da Fonte Santa Silo-auto do Parque da Goldra Estacionamento sob a via do Parque da Goldra Estacionamento no Jardim do Lago Estacionamento no Jardim da Carpinteira Estacionamento em frente à Nova Penteação
7	Construção de pontes pedonais	Construção de pontes para peões e bicicletas, integradas em percursos à mesma cota ligando bairros das margens dos vales, estando previstas duas pontes na ribeira da Goldra e três na ribeira da Carpinteira

	Tipos de Projeto	Obras
8	Construção de escadas mecânicas	Da Rua Nova do Biribau à Calçada Alta e à Rua Marquês d'Ávila e Bolama Da Rua Marquês d'Ávila e Bolama até à zona do Mercado Municipal
9	Criação de percursos no vale da Carpinteira	Percurso que se inicia abaixo das Piscinas Municipais na EN 230, e serpenteia no vale, desembocando no Bairro do Rodrigo Melhoria dum atravessamento existente na Carpinteira, a cerca de 250 metros a montante da Ponte de Caminho-de-Ferro Melhoria dos caminhos rurais na várzea agrícola entre a linha do comboio e o TCT
10	Enquadramento e valorização paisagística de edifícios ou conjuntos	Canal visual e escadarias de ligação do Mercado ao Parque da Goldra Enquadramento a montante da Fábrica Manuel Conde Ações no sentido de estimular a manutenção do uso agrícola dos solos Iluminação cénica das pontes de caminhos-de-ferro Criação de cortinas arbóreas de enquadramento paisagístico do tecido edificado Ruínas da Fábrica dos Cruzes para enquadramento do proposto Centro Museológico
11	Recuperação do património industrial para fins socioculturais e de serviços	Demolição de edifícios existentes: <ul style="list-style-type: none"> - Tinturaria Francisco Mendes Alçada - demolição de partes pouco significativas nos dois edifícios, para alargamento da via; - Casas no local da Rotunda da Ponte do Rato - para implantar a rotunda; - Edifícios no Parque da Goldra - para implantar o conjunto das piscinas fluviais do Parque da Goldra; - Fábrica Alçada Rosa - para realçar a qualidade da arquitetura do corpo principal da fábrica; - Fábrica Armando Martins - para alargar a via e permitir o

Tipos de Projeto	Obras
	<p>estacionamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fábrica Campos de Melo (corpo a sul) - para realçar a qualidade da arquitetura do corpo principal - Edifícios a jusante da Fábrica Manuel Conde - para instalar os jardim temáticos do Centro Museológico <p>Recuperação e reutilização dos edifícios industriais existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recuperação da Fábrica Manuel Conde para a instalação de um Centro Museológico e do Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental; - Elaboração do projeto para o conjunto fabril Charro Pereira - para realocização de indústrias; <p>Relocalização de Indústrias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Companhia Nacional de Lanifícios ou Beira-Lã; - Fábrica Fofinha; - Fábrica Manuel Conde

Todas as obras supracitadas tinham como fim, a melhoria da qualidade de vida urbana, nomeadamente no âmbito socioeconómico e ambiental, mas em termos numéricos, o que resulta, após a implementação do Programa, é um acréscimo de onze hectares de área verde, a edificação de cinco pontes pedonais, a criação de dois ecossistemas autorregeneradores, um aumento de 3000 metros de percursos pedonais e ciclovias, a criação de 496 lugares de estacionamento em silos-auto e 300 lugares à superfície, a criação de um centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, uma ETAR e um Ecocentro.

Todas estas operações incluídas no Programa POLIS tinham como prazo estimado de conclusão agosto de 2005. Analisando as várias intervenções mais aprofundadamente, os instrumentos de planeamento tinham como previsão de conclusão maio de 2002, o Jardim do Lago, novembro de 2003, as intervenções nas ribeiras e a reestruturação viária, março de 2004, as áreas de estacionamento automóvel em outubro de 2004 e as pontes pedonais em abril de 2005.

No que a custos, financiamento e investimentos diz respeito, o valor total da empreitada de valorização ambiental e requalificação urbana da cidade da Covilhã foi de cerca de 42.940.000€. Este valor foi financiado por várias partes, como foi apresentado no capítulo anterior. No caso do Programa POLIS da Covilhã, o financiamento nacional perfez um total de cerca de 26.608.000€, sendo dividido pela Câmara Municipal da Covilhã (CMC), 2.842.000€, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 4.264.000€, autofinanciamento, 5.708.000€ e pelo financiamento de terceiros, 11.793.000€. O financiamento comunitário foi de 18.331.000€, sendo dividido pelo P.O.A - Nacional com um investimento de 8.558.000€, P.O.R.LVT - Eixo 2 com um investimento de 8.547.000€ e pelo P.O.R.LVT - Eixo 3 que participou com 1.225.000€.

No final da implementação do Programa POLIS, esperava-se ter algo como o apresentado na Figura 4.12.



Figura 4.12 -Planta de simulação da ocupação final (CMC, 2000)

5. Caso de Estudo - Parte II - Análise das 3 obras mais emblemáticas do Programa POLIS na Covilhã e do Programa POLIS em geral

5.1. Introdução

Neste capítulo será feita uma análise ao Programa POLIS na Covilhã. Em primeiro lugar serão listadas as obras que efetivamente foram realizadas ao abrigo do Programa POLIS, e não as que estavam projetadas, já apresentadas anteriormente.

No ponto seguinte, procedeu-se a uma análise mais aprofundada das 3 obras mais emblemáticas do Programa POLIS: a Ponte da Carpinteira, o Parque da Goldra e o Jardim do Lago. A sua construção e as suas principais características, são abordadas e, para cada uma delas será ainda feita uma análise, quer ao nível da utilização destas infraestruturas bem como ao nível do impacto que tiveram na cidade e na população em geral. Para isso, elaborou-se e implementou-se um inquérito, onde entre outras questões, se pedia que, numa escala de 0 a 10, sendo 0 “Nunca” e 10 “Todos os dias”, indicassem as vezes que tinham usufruído destas infraestruturas e, também numa escala de 0 a 10, indicassem o impacto que cada uma delas teve para cidade. De salientar que foram obtidas 101 respostas, divididas entre moradores da cidade, não moradores e residentes temporários, com faixas etárias compreendidas entre os 18 e os 35 anos.

Por último será elaborada uma análise ao Programa POLIS no geral e ao conhecimento das pessoas sobre este. Assim no mesmo inquérito, colocaram-se várias perguntas referentes ao tema, com a finalidade de perceber o que a população conhece sobre o Programa. No último subcapítulo será feita uma avaliação ao Programa, com base nos dados adquiridos através das 101 respostas obtidas no inquérito supracitado.

5.2. Obras Executadas

No Capítulo 4 já tinham sido listadas todas as intervenções previstas ao abrigo do Programa POLIS na Covilhã. Listam-se agora as que foram efetivamente executadas. Estas dividem-se em várias categorias:

a) Parques e Jardins

- Rotunda e Jardim da Ponte do Rato;
- Parque da Goldra;
- Jardim do Lago;
- Jardim “Martir in Colo”.

b) Parques Lineares

- Mata da Fonte Santa;
- Passeio das Ramolas do Sol;

c) Reestruturação Viária

- Via a montante da Ponte do Rato;
- Via do Parque da Goldra;
- Via do Jardim do Lago.

d) Criação de Áreas de Estacionamento Automóvel

- Estacionamento sob a Via do Parque da Goldra;
- Estacionamento no Jardim do Lago.

e) Pontes Pedonais e Percursos Pedonais

- Ponte da Carpinteira;
- Percorso de Atravessamento do Vale da Carpinteira.

f) Enquadramento e Valorização Paisagística de Edifícios ou Conjuntos

- Envolvente da Igreja de Nossa Senhora de Fátima;
- Ações no Sentido de Estimular a Manutenção do Uso Agrícola dos Solos;
- Enquadramento a Montante da Antiga Fábrica António Estrela;
- Ponte do Comboio sobre o Vale da Ribeira da Carpinteira.

g) Demolição de Edifícios Existentes

- Tinturaria Francisco Mendes Alçada;
- Edifícios no local da Rotunda da Ponte do Rato;
- Edifícios no Parque da Goldra e do Sítio do Biribau

h) Tratamento de Ribeiras

- Plantação de matas ribeirinhas.

Todas estas obras foram realizadas ao abrigo do Programa POLIS, no entanto, devido à sua dimensão e impacto, decidiu-se analisar aprofundadamente 3 delas, nomeadamente a Ponte da Carpinteira, o Parque da Goldra e o Jardim do Lago.

5.3. Análise das 3 obras mais emblemáticas

5.3.1. Ponte da Carpinteira

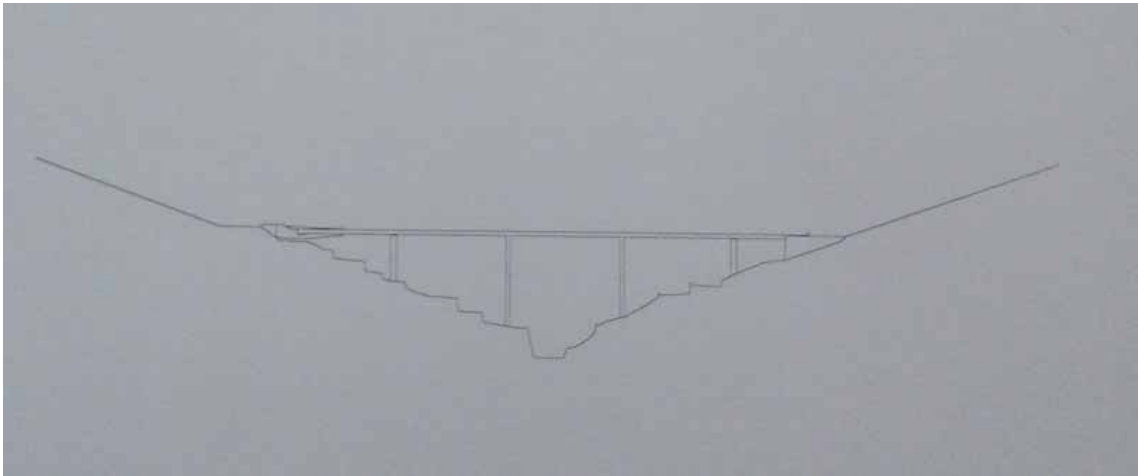


Figura 5.1 - Desenho da Ponte da Carpinteira que atravessa o acidentado Vale da Ribeira da Carpinteira (JLCG Arquitectos, 2004)

A Ponte Pedonal de Cima da Ribeira da Carpinteira foi edificada com a finalidade de ligar fisicamente a rua Marquês de Ávila e Bolama e a plataforma das piscinas municipais, localizadas no bairro dos Penedos Altos. Na zona de edificação da ponte o vale tem uma pendente bastante abrupta, repleta de afloramentos graníticos e pejada de construções dispersas e descaracterizadas e devolutas, fruto de um passado repleto de indústrias e agricultura (JLCG Arquitectos, 2004).

Com o início das obras a acontecerem em abril de 2008 e inauguração dia 6 de setembro de 2009, a Ponte da Carpinteira é caracterizada arquitetonicamente por um conceito de leveza, querendo ser apenas uma linha a atravessar o vale (Figura 5.2). Estende-se ao longo de 220 metros, e encontra-se a uma altura de 52 metros. O seu tabuleiro é composto por uma seção com 1,75 metros de altura e por 4,40 metros de largura (CMC).



Figura 5.2 - Linha de atravessamento do vale (JLCG Arquitectos, 2004)

No que à conceção (Figura 5.3) diz respeito, o tabuleiro desta é constituído por duas vigas paralelas em aço e para pavimentação e revestimento interior da mesma, madeira de “azobé” foi o material escolhido, devido à sua durabilidade e resistência à abrasão. A ponte é suportada por 4 pilares, dois centrais construídos com a mesma proporção e o mesmo material do tabuleiro, e por dois pilares menores, construídos estes em betão, com secção circular (Figura 5.4). Estes encontram-se revestidos por blocos de pedra granítica colocados em espiral, que têm como objetivo o crescimento gradual de elementos vegetais de modo a fundirem-se com a restante vegetação do vale (JLCG Arquitectos, 2004).

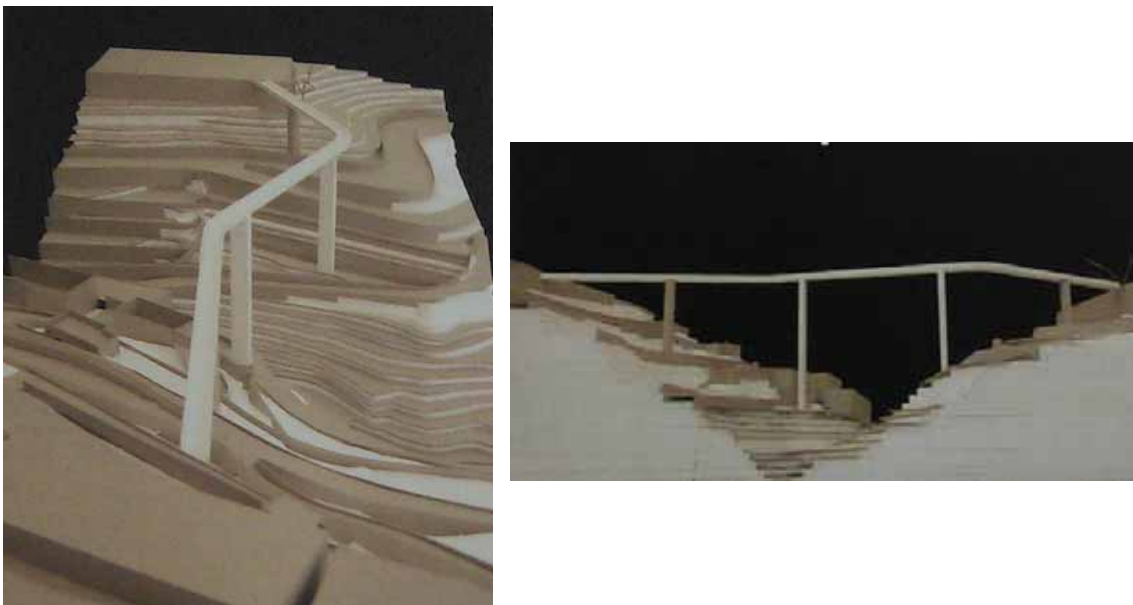


Figura 5.3 - Imagens conceituais da Ponte sobre a ribeira da Carpinteira (JLCG Arquitectos, 2004)

Na Figura 5.3 estão representadas imagens conceituais da Ponte sobre a Ribeira da Carpinteira, quando esta estava em fase de projeto. Nas figuras que serão apresentadas nas páginas seguintes, serão mostradas várias perspectivas da ponte sobre o vale.

Em termos de acessibilidades, é uma ponte acessível a todos, tendo acesso para deficientes motores e para velocípedes sem motor. A amarração Sul é feita de acordo com o desnível da Rua Marquês de Ávila e Bolama, estando o tabuleiro da ponte à cota da mesma. Do lado Oeste, como o acesso parte da cota 619,60 metros, faz-se por uma escadaria, enquanto que do lado Este (cota 618,00 metros), o acesso é feito por uma rampa com uma inclinação de 2,94%, garantido assim a acessibilidade a todos como tinha sido referido anteriormente (JLCG Arquitectos, 2004)



Figura 5.4 - Panorâmica da inserção da ponte no Vale da Carpinteira



Figura 5.5 - Pormenores da Ponte da Carpinteira (esquerda: tabuleiro, direita: pilares)



Figura 5.6 - Inserção da ponte no seio do Vale da Carpinteira (esquerda) e pormenor do revestimento interior (direita)



Figura 5.7 - Panorâmica da arquitetura da ponte, e das suas ligações às margens do Vale da Carpinteira

Esta obra de arte foi reconhecida internacionalmente, tendo sido galardoada com vários prémios, entre eles: melhor obra arquitectónica na América Latina, Espanha e Portugal no VIII Bienal Iberoamericana de Arquitectura e Urbanismo; um dos 7 locais do mundo com maior interesse a nível do design, pela revista *Travel+Leisure* e ainda uma distinção pela *AIT Global Awards* (CMC). As Figuras 5.6 e 5.7 demonstram toda a beleza a Ponte da Carpinteira.

Foi realizado um inquérito (ver Anexo nº1), onde um dos pontos era avaliar a usabilidade da Ponte da Carpinteira e o seu impacto na cidade. As duas perguntas colocadas à população são extremamente pertinentes e conseguem captar perfeitamente a opinião da população em geral sobre a ponte e a sua utilidade.

Com a resposta a ser dada numa escala de 0 a 10, onde 0 era “Nunca” e 10 “Todos os dias”, as resposta à pergunta “Com que frequência utiliza a Ponte da Carpinteira” (Gráfico 5.1), foram claras e esclarecedoras, com 51% dos 100 inquiridos que responderam a esta pergunta, a nunca terem utilizado a Ponte da Carpinteira. As outras respostas revelam também números de utilização da ponte muito baixos, sendo que apenas 2 dos inquiridos responderam que utilizavam a ponte com relativa regularidade.

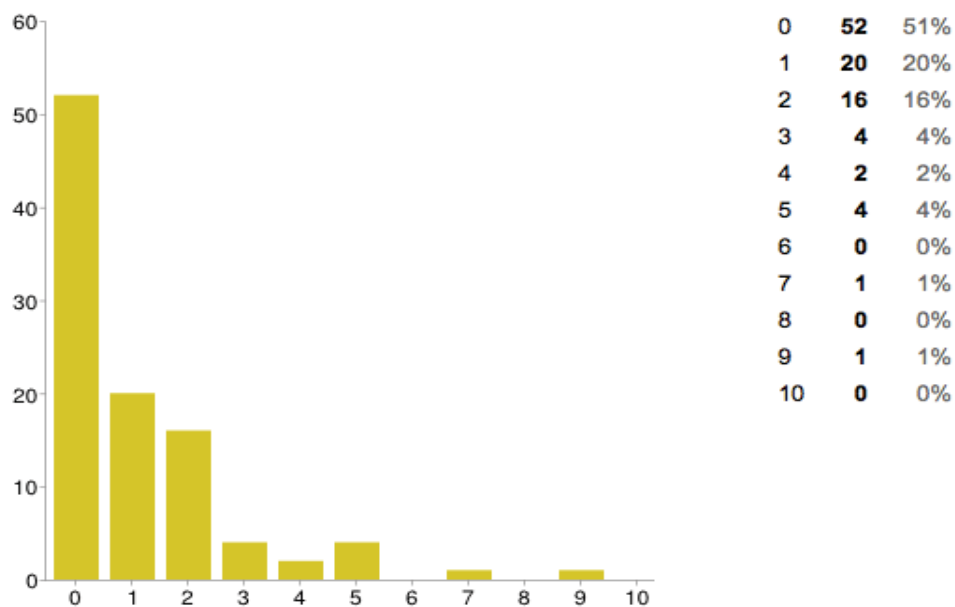


Gráfico 5.1 - Respostas à questão número 10

Quando foi pedido para avaliar a importância que a Ponte da Carpinteira tem para a cidade (Gráfico 5.2), sendo as respostas dadas numa escala de 0 a 10, onde 0 era “Nenhuma” e 10 “Indispensável”, as respostas foram mais divididas, sendo que a maioria dos inquiridos admitiram que a ponte era bastante importante para a cidade da Covilhã, com 59 dos 100 inquiridos a darem respostas entre 5 e 10. Com 15% dos 100 inquiridos a responderem 5 e 8, estas foram as respostas mais significativas. 6% dos inquiridos responderam que a ponte é completamente dispensável para a cidade, enquanto que 7% deles responderam que é completamente indispensável.

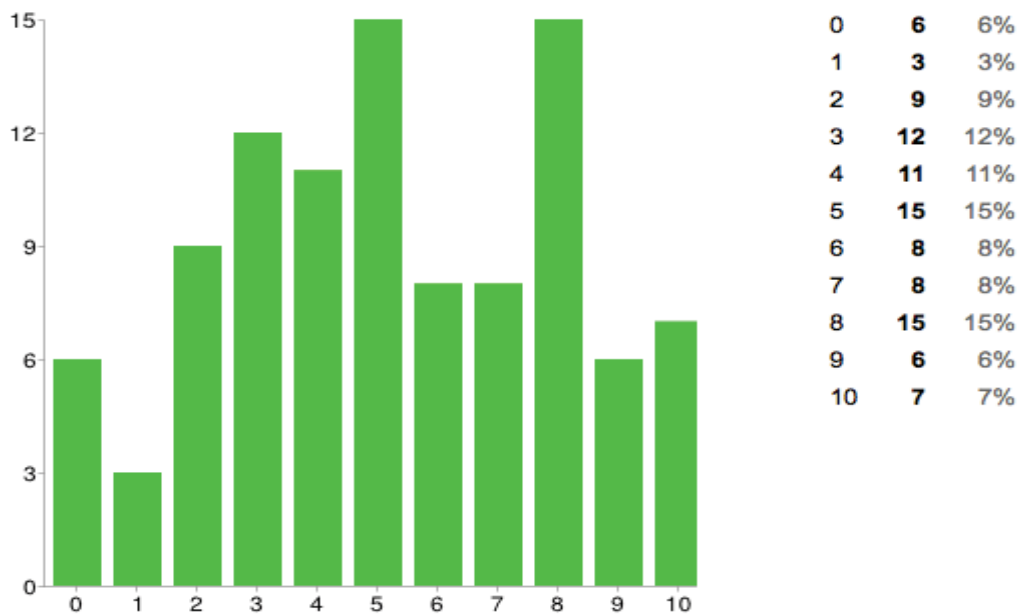


Gráfico 5.2 - Respostas à questão número 11

Fazendo uma análise conjunta a estes resultados, estes podem parecer contraditórios, pois a maioria dos inquiridos (51%) nunca passou na ponte, no entanto, 59 dos 100 inquiridos deram respostas entre 5 e 10, enunciando que a ponte era relativamente importante para a Covilhã. Os resultados podem parecer ainda mais contraditórios quando 7% responderam que a ponte é indispensável para a Covilhã e apenas 1% respondeu que usa a ponte quase todos os dias. No entanto, analisando com mais rigor estes dados, verificamos que apesar de a ponte ter um nível de utilização muito baixo, é uma ponte importante e útil, pois encurta muito a distância entre o bairro dos Penedos Altos e a zona mais central da cidade. Entre o bairro dos Penedos Altos e zona mais central da cidade encontra-se o vale da Ribeira da Carpinteira, vale extenso e profundo, tornando-se o seu contorno morado e cansativo, caso seja feito a pé. Posto isto, a Ponte da Carpinteira veio colmatar essa lacuna, dando aos moradores do bairro dos Penedos Altos e a todas as pessoas que tencionem fazer este percurso, uma hipótese mais rápida e económica de o fazerem. Tendo consciência destes dados, a população inquirida respondeu que a ponte tinha importância para a Covilhã, mesmo nunca a tendo utilizado.

5.3.2. Parque da Goldra



Figura 5.8 - Panorâmica do Parque Goldra

O Parque da Goldra, uma das grande intervenções do Programa POLIS, foi inaugurado dia 15 de março de 2009, nas margens da Ribeira da Goldra, e faz a ligação entre a Universidade da Beira Interior e o Anfiteatro “Mártir-in-Colo”. Com 21.900m², foi projetado com o objectivo de haver uma requalificação ambiental do Vale da Ribeira da Carpinteira (CMC).

É uma zona dotada de vários espaços verdes (Figura 5.9) em patamares relvados, espelhos de água, edifícios de restauração e bares. É um espaço de eleição de lazer ao ar livre, estando habilitado a receber acontecimentos urbanos, tanto de carácter lúdico como de recreio e convívio da população. Podem-se ainda encontrar neste parque várias áreas para a prática desportiva, bem como equipamentos de lazer, sendo um dos mais emblemáticos, um tabuleiro de xadrez gigante (CMC)



Figura 5.9 - Planta de execução do Parque da Goldra (SÍTIOS & FORMAS, 2004)

O Parque, em termos estéticos foi concebido em forma de encosta, constituído por vários patamares (Figura 5.10, 5.11), o que levou à criação de um anfiteatro que se mistura com uma grande escadaria formada por degraus e rampas. O parque é percorrido por vários caminhos, que ligam os vários espaços verdes, os vários equipamentos de lazer e os vários espelhos de água (CMC)

O objetivo da construção do parque era melhorar as condições de vida dos moradores, através da implementação de um dinâmica de desenvolvimento e com a criação de um ponto de referência na qualidade de vida dos residentes daquela área, reintegrando a população com uma das principais ribeiras da cidade (*idem*).

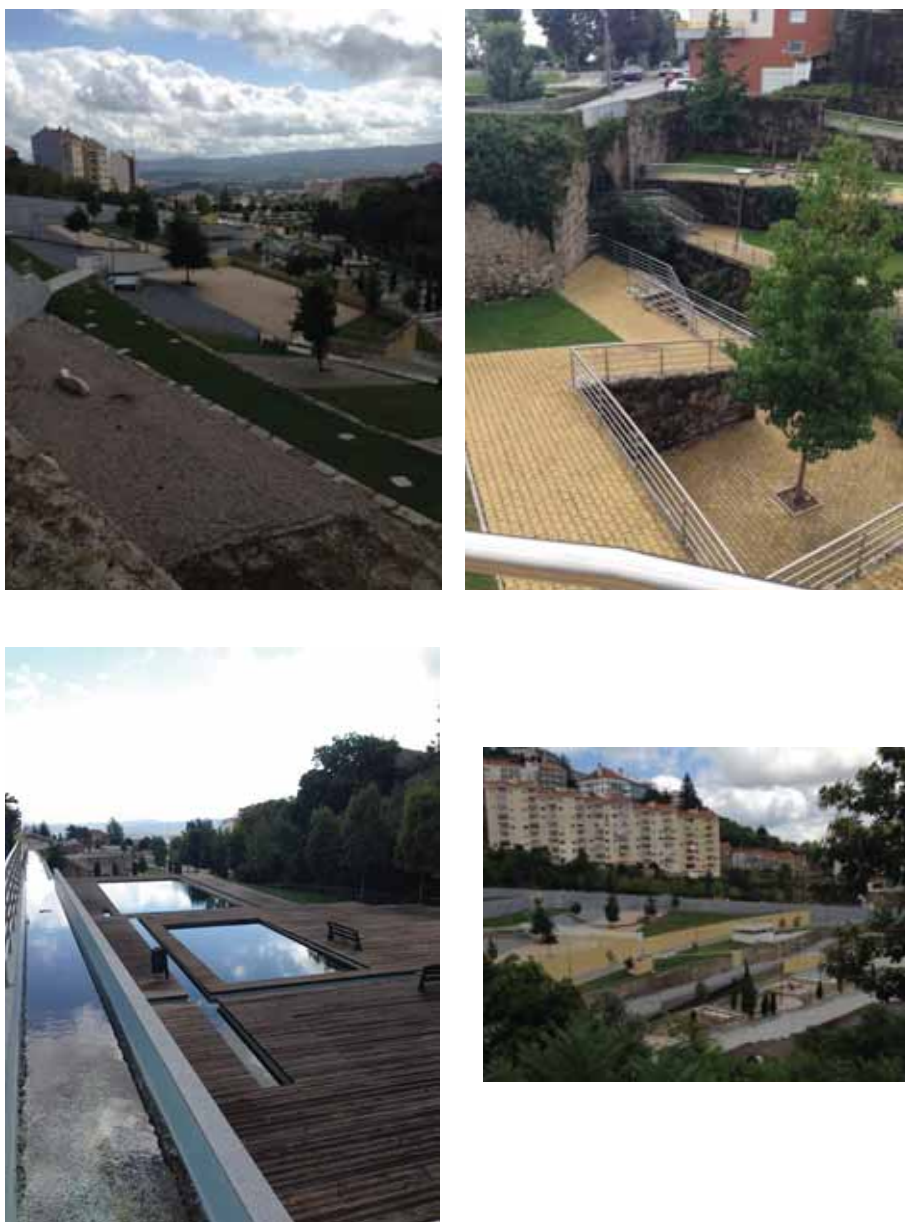


Figura 5.10 - Pormenores do Parque da Goldra



Figura 5.11 - Panorâmica do Parque da Goldra, mostrando alguns dos seus equipamentos de lazer

Através da realização do inquérito anteriormente referido, procedeu-se à análise do impacto que o Parque de Goldra teve no seio da cidade da Covilhã e dos seus habitantes.

A primeira questão colocada, assim como tinha acontecido com a Ponte da Carpinteira, visava responder, numa escala de 0 a 10, sendo 0 “Nunca” e 10 “Todos os dias”, a quantidade de vezes que utiliza/visita o Parque da Goldra. As respostas são bastante divididas, sendo a mais significativa, com 18%, 5 em 10. 14% responderam 3 em 10 enquanto que 13% e 12% responderam 2 e 4 em 10, respectivamente. 5% responderam que nunca estiveram no Parque da Goldra, enquanto que 2% responderam que o frequentam todos os dias. As respostas 7 e 8 em 10 foram escolhidas por 9% dos inquiridos. No gráfico 5.3 mostram-se a totalidade das respostas dos inquiridos.

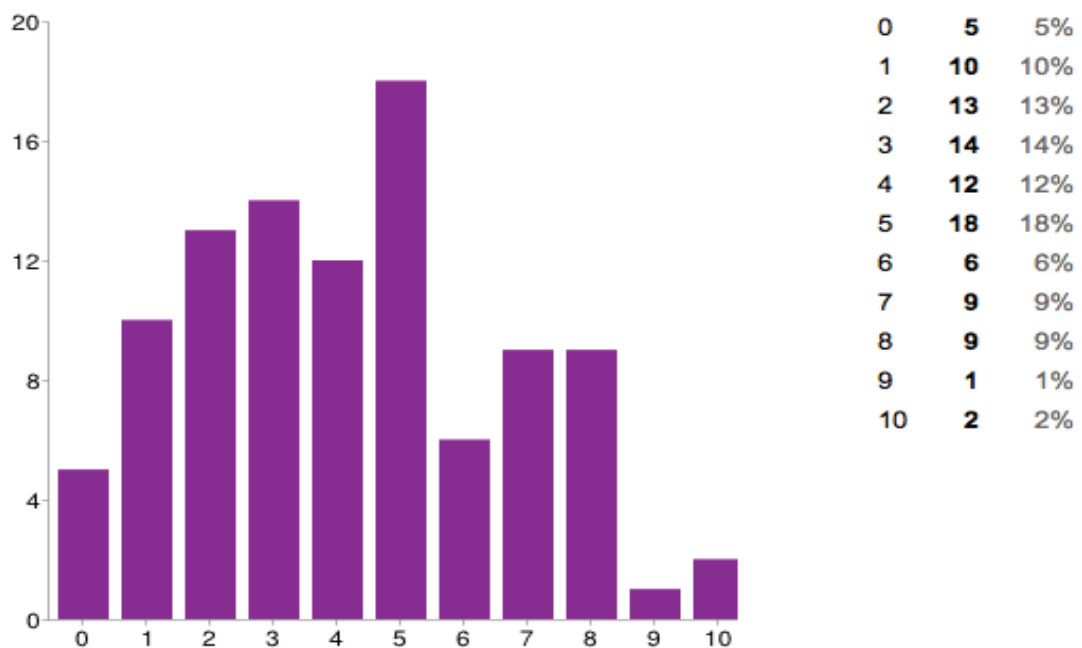


Gráfico 5.3 - Respostas à questão número 12

Analisando estes resultados verificamos que o Parque da Goldra tem um nível de utilização médio/baixo. Tratando-se de um ponto de lazer, é normal não ser visitado/utilizado todos os dias, mas sim esporadicamente. No entanto, como se trata também de um elemento de ligação entre a zona nova e a zona histórica da cidade, é normal haver pessoas que o utilizem todos os dias ou muitas vezes por semana, daí as respostas obtidas superiores a 5.

Seguidamente foi inquirido qual a importância do Parque da Goldra para a cidade da Covilhã (Gráfico 5.4), também numa escala de 0 a 10, sendo 0 “Nada importante”, e 10 “Indispensável”. Aqui as respostas foram esclarecedoras, com 26% a darem uma importância de 8 em 10 ao Parque. 15% dos inquiridos atribuíram uma importância de 5 em 10, enquanto que 14% e 13% atribuíram uma importância de 6 e 7 em 10, respectivamente. 8% dos inquiridos acham mesmo o Parque da Goldra indispensável para a cidade da Covilhã.

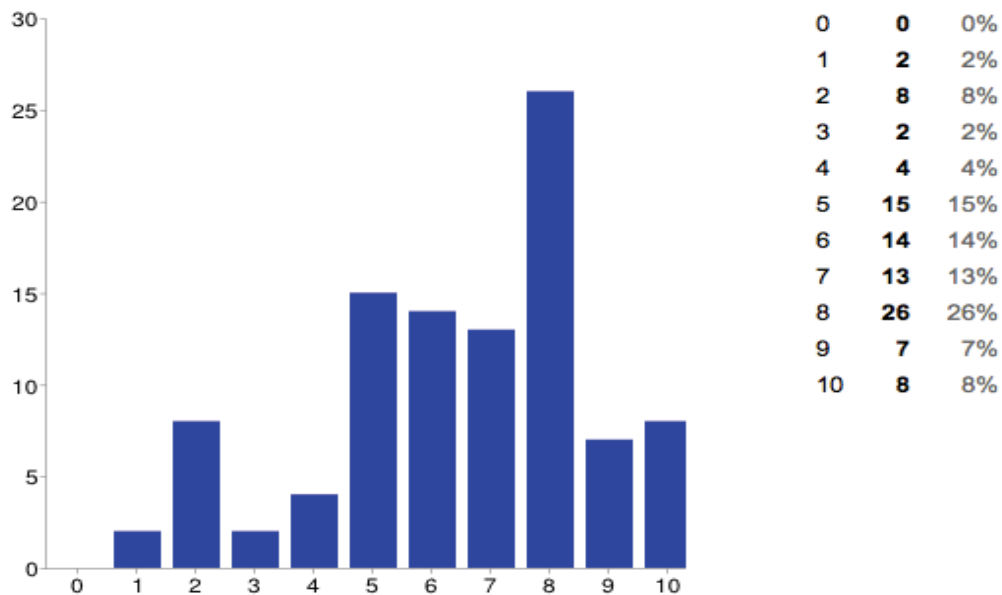


Gráfico 5.4 - Respostas à questão número 13

Tais resultados atestam a importância do Parque da Goldra para a cidade. Este foi projetado com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e dar uma nova vida a uma dos cursos de água que mais contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da cidade. O Parque da Goldra dá corpo ao Programa POLIS na sua plenitude. E a grande maioria dos 99 inquiridos que responderam a esta questão reconheceram isso. O Parque da Goldra é um espaço agradável, com muitos espaços verdes, zonas de lazer, espaços comerciais e que é visitado por muitas pessoas, seja para prática desportiva, apenas passear, ou como local de passagem para as zonas superiores da cidade.

5.3.3. Jardim do Lago



Figura 5.12 - Panorâmica do Jardim do Lago

O Jardim do Lago, que constitui a maior área verde e o maior jardim alguma vez construído no seio da cidade da Covilhã (Figura 5.12), teve a sua inauguração no dia 16 de janeiro de 2005 com grande pompa e circunstância, com centenas de pessoas a marcarem presença nesta, pois tratava-se da inauguração do projeto (Figura 5.13) mais emblemático do Programa POLIS na Covilhã (CMC).

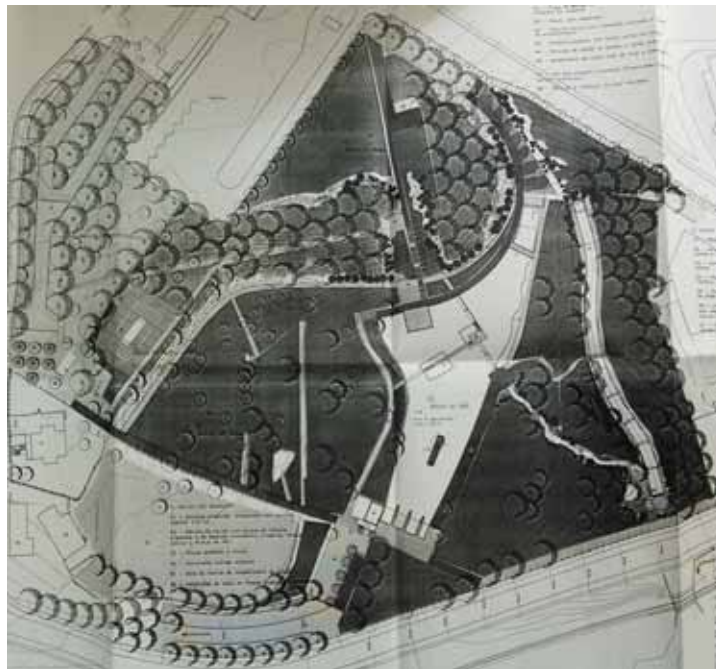


Figura 5.13 - Plano de execução do Jardim do Lago (CMC, 2002)

Equipado com um restaurante, dois estabelecimentos comerciais, uma queda e um espelho de água, diversos percursos pedonais, parque de passeio para barcos de recreio de pequeno porte, variados pontões sobre o lago, um parque de desportos radicais e um parque infantil,

está situado numa localização privilegiada, situando-se na zona em maior crescimento da cidade, com uma elevada vertente habitacional e escolar (CMC).

Projeto da autoria do arquiteto Luís Cabral, tinha como objetivo ser uma mais valia na zona nova da cidade, uma zona de elevada densidade urbana. Os 3000m² de área de espelho de água e os três hectares de zona verde vieram no sentido de dar uma nova vida a uma zona que necessitava de um espaço verde e de lazer (Figura 5.14, 5.15) (CMC).



Figura 5.14 - Pormenores do Jardim do Lago



Figura 5.15 - Panorâmica do espelho de água do Jardim do Lago

Através do inquérito supracitado, tentou-se perceber o nível de utilização do Jardim do Lago (Gráfico 5.5), pedindo-se para indicar, numa escala de 0 a 10, quantas vezes visitavam o Jardim do Lago. As respostas mais significativas que foram obtidas através do referido inquérito foram 4 em 10, com 21%, seguida de 5 em 10, com 16% e 3 em 10 com 14%. 3% dos inquiridos respondera que nunca tinham visitado o Jardim do Lago, como é possível verificar no gráfico abaixo apresentado.

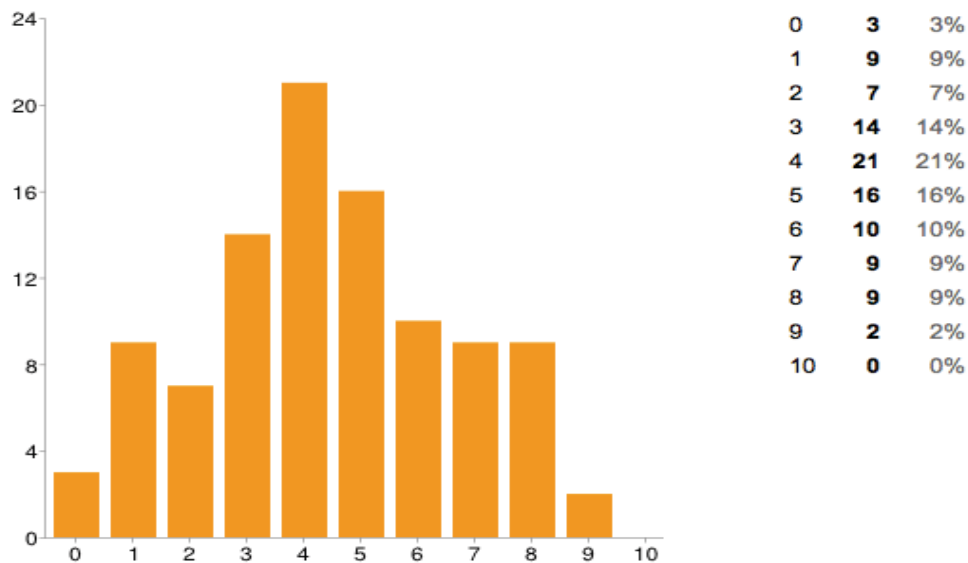


Gráfico 5.5 - Respostas à questão número 14

A justificação para estes números vai no sentido do que acontece também com o Parque da Goldra, que ao ser um espaço de lazer, não é local de visita diária, mas sim esporadicamente.

No caso da questão seguinte (Gráfico 5.6), que pedia para darem uma nota à importância que o Jardim do Lago teve para a Covilhã, as respostas foram mais esclarecedoras, com 25% dos inquiridos a atribuírem uma importância de 8 em 10. 18% atribuíram 7 em 10 e 17% responderam mesmo que o Jardim do Lago era indispensável à cidade da Covilhã. De salientar que não houve nenhuma resposta 0 nem 1, como poderá ser visualizado no gráfico a seguir apresentado.

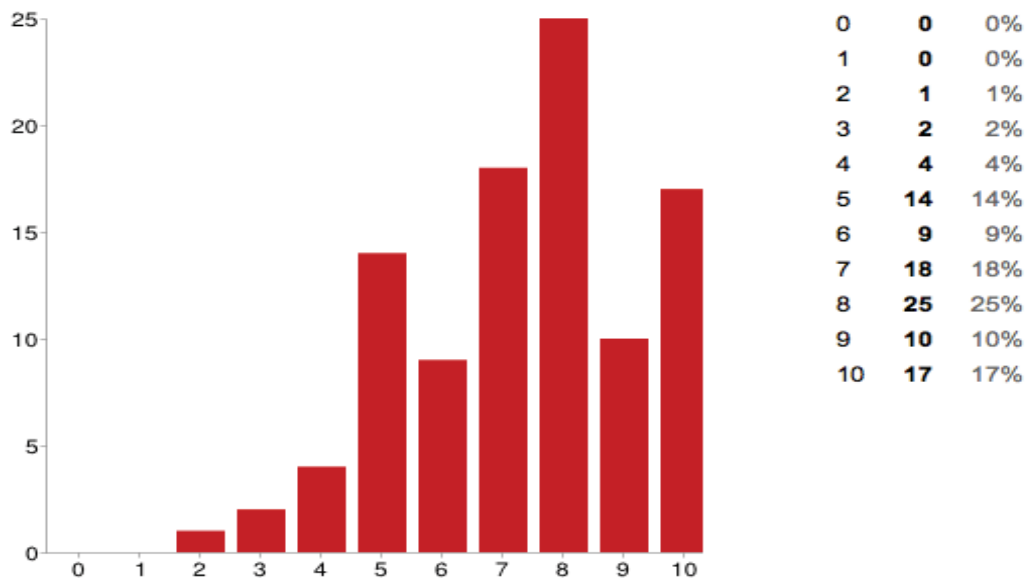


Gráfico 5.6 - Respostas à questão número 15

O Jardim do Lago constitui a obra mais emblemática de todo o Programa POLIS na Covilhã, tomando lugar de destaque no seio da cidade da Covilhã. A criação deste enorme espaço verde e de lazer na cidade não deixou ninguém indiferente, e a grande maioria dos inquiridos atesta isso mesmo. O Jardim do Lago, pela sua beleza e impacto, tornou-se um marco da cidade da Covilhã e um local de visita obrigatória. Com o seu impacto visual e a sua localização privilegiada colocada ao lado da Central de Camionagem e perto da Estação de Caminhos de Ferro leva a que quem chegue à Covilhã através destes meios de transporte se sintam quase obrigados a visitá-lo.

5.4. Análise ao Programa POLIS na Covilhã - Conhecimento geral e avaliação sumária do mesmo

Neste subcapítulo será analisado o conhecimento da população em geral sobre o Programa POLIS e sobre a implementação deste na Covilhã. Será feita uma análise às 101 respostas obtidas com o questionário elaborado, de forma a perceber o que significa o POLIS e o que significou o POLIS para a Covilhã.

5.4.1. Conhecimento do Programa POLIS



Gráfico 5.7 - Respostas questão número 1 (esquerda) e respostas à questão número 2 (direita)

Através da análise dos gráficos anteriores pode-se verificar que na generalidade, a maioria das pessoas já ouviu falar do Programa POLIS (77%) (Gráfico 5.7 - esquerda) e sabem o que este era (62%) (Gráfico 5.7 - direita), apesar de este segundo valor ser relativamente mais baixo que o anterior, a percentagem continua a ser bastante alta. Ou seja, pode-se concluir, através da análise destes dados, que a grande maioria das pessoas que já ouviram falar do Programa POLIS sabem o que este representa.

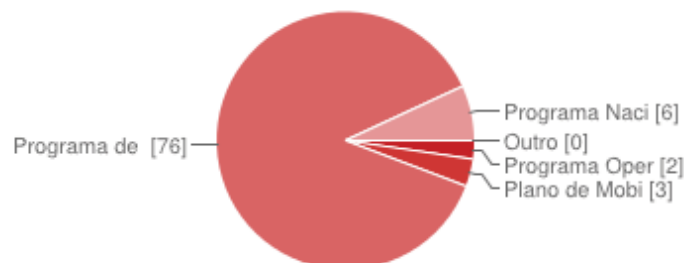


Gráfico 5.8 - Respostas à questão número 3

Quando foram inquiridos sobre o que era o Programa POLIS (Gráfico 5.8) e qual era o seu objetivo (Gráfico 10), as respostas também foram bastante esclarecedoras, mostrando também aqui bastante conhecimento sobre o programa. 75% dos inquiridos responderam que o Programa POLIS é um “Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades”, 6% que era o “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território” e 3% e 2% que era um “Plano de Mobilidade Pedonal” e um “Programa Operacional do Ambiente”, respectivamente. Quando foi perguntado qual era o principal objectivo do POLIS (Gráfico 5.9), 82% também não tiveram dúvidas que era a requalificação das cidades de um ponto de vista urbanístico e ambiental.

Este dados vêm corroborar o que foi concluído anteriormente com as duas questões previas, de que há um bom conhecimento sobre o que é o Programa POLIS, e que as pessoas que já ouviram falar do programa estão informadas de quais são os seus pressupostos.

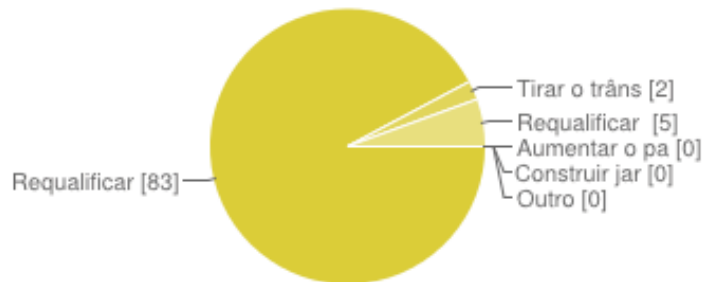


Gráfico 5.9 - Respostas à questão número 4

A próxima questão do inquérito era respeitante aos métodos de financiamento do Programa POLIS. Aqui o conhecimento sobre o assunto revelou-se bastante fraco (Gráfico 5.10), onde apenas 13% dos inquiridos responderam corretamente, que o financiamento do Programa advinha de fundos comunitários, autarquias e administração central e privados. A resposta mais significativa, com 44%, foram os fundos comunitários, seguido dos 24% de respostas na opção autarquias e administração central.

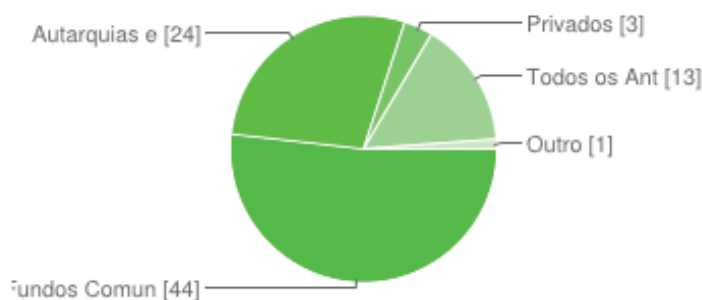


Gráfico 5.10 - Respostas à questão número 5

Da análise feita ao dados obtidos no inquérito, de uma forma geral pode-se verificar que o nível de conhecimentos básicos sobre o Programa POLIS é elevado, pois a grande maioria dos inquiridos respondeu corretamente às perguntas sobre o que era o POLIS e quais eram os seus objectivos.

Relativamente ao modo de financiamento, o conhecimento já era bastante mais escasso, com um número bastante limitado de respostas certas. No entanto, não deixa de ser interessante

que a grande maioria dos inquiridos tenham respondido que o financiamento provinha de fundos comunitários.

5.4.2. Conhecimento sobre o Programa POLIS na Covilhã

Aqui será feita uma análise ao conhecimento da população em relação ao Programa POLIS na cidade da Covilhã.

A primeira questão colocada foi se a cidade da Covilhã tinha sido abrangida pelo programa POLIS (Gráfico 5.11). A grande maioria dos inquiridos (79%) respondeu afirmativamente, como é possível ver no gráfico abaixo apresentado, o que vai na linha das respostas às primeiras perguntas efetuadas, onde sensivelmente o mesmo número de pessoas responderam corretamente às perguntas “Já ouviu falar do Programa POLIS” (Gráfico 5.7), “Sabe o que é o Programa POLIS” (Gráfico 5.7), “O que é Programa POLIS “ (Gráfico 5.8) e “Quais são os objetivos do POLIS” (Gráfico 5.9).

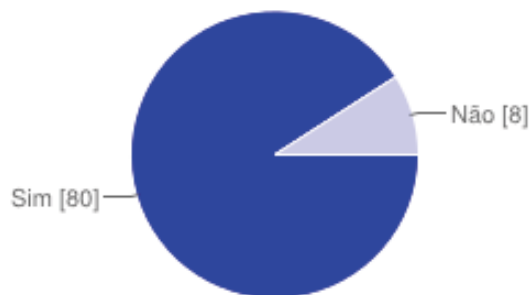


Gráfico 5.11 - Resposta à questão número 6

Relativamente às obras realizadas na cidade ao abrigo do Programa POLIS (Gráfico 5.12), o conhecimento sobre estas revelou-se bastante dividido, sendo as obras mais emblemáticas facilmente ligadas ao POLIS, enquanto que outras de menor expressão, obtiveram menos respostas. O Parque da Goldra e o Jardim do Lago são os que mais facilmente são associados ao Programa POLIS, com 67% e 62% respectivamente, dos inquiridos a assinalarem-nos como obras deste programa. A Ponte da Carpinteira e a Rotunda da Ponte do Rato vêm logo a seguir com 44% e 39%, respectivamente. O Jardim “Martir in Colo” foi reconhecido por 28% dos inquiridos como fazendo parte do POLIS e a remodelação do Jardim Público foi reconhecida por 37%. O alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras e acesso ao TCT (20%) e a demolição dos edifícios do sitio do Biribau (16%) são as restantes obras que também foram reconhecidas .

De salientar que obras como a construção do Complexo Desportivo (12%), o Funicular de Santo André (26%) e o Funicular de São João (22%) foram também associadas ao Programa POLIS, no entanto, erradamente. O Elevador de Santo André e o Funicular de São João também fizeram parte de um programa, o Programa de Mobilidade Pedonal da Covilhã, que também será abordado mais tarde.

Estes dois funiculares apesar de estarem listados no Plano Estratégico da Covilhã nunca chegaram a ser realizados, sendo feitos nos últimos anos, ao abrigo de outro plano estratégico, e com algumas características distintas no inicialmente programado no Plano Estratégico da Covilhã. No entanto, estes foram edificados sensivelmente nos locais inicialmente previstos pelo programa POLIS, e junto de obras emblemáticas do POLIS, como é o caso do Parque da Goldra, daí as pessoas associarem também estes funiculares ao Programa POLIS.

No Gráfico 5.12 estão representados os resultados da pergunta enunciada anteriormente, de forma a permitir uma melhor visualização do conhecimento da população inquirida de quais foram as intervenções ao abrigo do Programa POLIS.



Gráfico 5.12 - Respostas à questão número 9

Na generalidade podemos admitir que existe um bom conhecimento das intervenções POLIS na cidade da Covilhã por parte dos inquiridos. A grande maioria não teve dúvidas que a Covilhã foi uma das cidades ao abrigo do Programa POLIS e também houve uma grande percentagem de acerto no que às intervenções diz respeito. As 3 obras mais emblemáticas (já analisadas previamente neste capítulo) são as que com mais facilidade foram reconhecidas, pelo seu impacto e grandeza. As outras obras, de menor expressão e de menor impacto, tiveram mais dificuldade de reconhecimento, mas no geral, quando apresentadas perante os inquiridos, houve uma percentagem significativa de acerto.

5.4.3. Avaliação do impacto do Programa POLIS na cidade da Covilhã

Para terminar, irá ser feita uma análise geral do impacto do Programa POLIS na Covilhã e a importância que este teve.

Foi colocado às pessoas o desafio de escolherem qual tinha sido a intervenção POLIS que mais tinha beneficiado a cidade, e a resposta foi esclarecedora, com 49% dos inquiridos a escolherem o Jardim do Lago como a intervenção que mais benefício trouxe à cidade. As seguintes escolhas foram o Parque da Goldra com 14% e a Ponte da Carpinteira com 10%. As obras mais emblemáticas foram as que mais consenso reuniram entre os inquiridos.

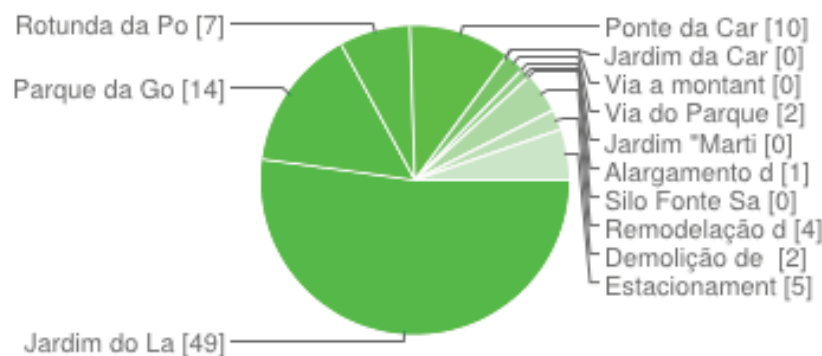


Gráfico 5.13 - Respostas à questão número 17

A Rotunda da Ponte do Rato (7%), o estacionamento sob a via do Parque da Goldra (5%), a remodelação do Jardim Público (4%), a via do Parque da Goldra (2%) e a demolição dos edifícios do Sítio do Biribau (2%) foram as outras escolhas dos inquiridos (Gráfico 5.13).

As três intervenções mais escolhidas, acabam por ser a escolha normal, pois foram três intervenções que causaram um grande impacto na cidade. O Jardim do Lago, pelo seu impacto visual, pela sua grandeza tornou-se um dos pontos mais emblemáticos da cidade, local de visita obrigatória. É um espaço que personifica o POLIS na plenitude, constituindo um

local de grande impacto ambiental, visual e social. Além da componente ambiental, tem uma componente estética assinalável, e é um espaço privilegiado para a prática de atividades ao ar livre, quer de caráter lúdico quer desportivo. Não é de descorar a vertente económica que esta intervenção gerou, com a instalação de três estabelecimentos comerciais bem com a piscina-praia.

O Parque da Goldra, apesar de arquitetonicamente bastante diferente do Jardim do Lago, possui praticamente as mesmas características de sucesso deste, pois trata-se de um local de beleza assinalável, de enorme componente ambiental, económica, e social, com várias infraestruturas para a práticas de atividades lúdicas e desportivas.

A Ponte da Carpinteira, é uma caso diferente. A estrutura pela sua imponência, causa impacto, e a generalidade dos inquiridos reconhece a sua importância, apesar de esta ser pouco utilizada.

Relativamente ao POLIS na generalidade, segundo os inquiridos, foi um programa de vital importância para a Covilhã (Gráfico 5.14).

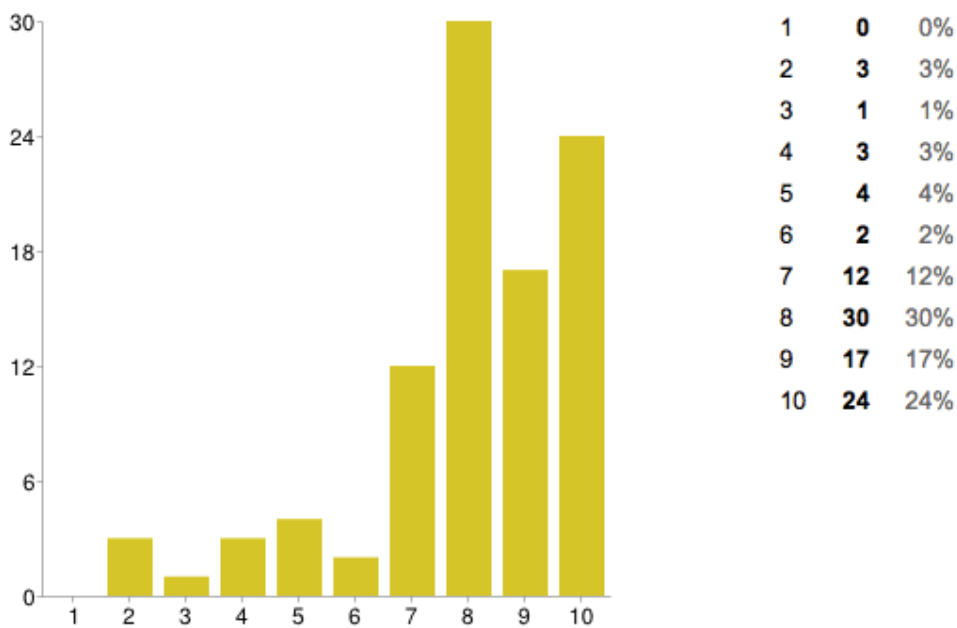


Gráfico 5.14 - Respostas à questão número 16

30% dos inquiridos deram uma importância de 8 em 10 ao Programa POLIS, enquanto que 24% responderam mesmo que o programa foi indispensável para a cidade da Covilhã. 17% deram 9 em 10 e 12% atribuíram uma importância de 7. As restantes respostas prendem-se abaixo do valor 5, correspondendo apenas a 11% das respostas, o que é um valor bastante baixo.

As respostas são bastante esclarecedoras e denotam bem a importância que a população atribuiu às intervenções do Programa POLIS na cidade. Casos como o Jardim do Lago e o Parque da Goldra dão expressão ao Programa POLIS na sua totalidade, constituindo obras de grande impacto ambiental, urbanístico e social. Foram intervenções que trouxeram claras melhorias para a cidade.

Comparando os resultados obtidos com os alcançados por NASCIMENTO (2008) na análise aos Programas POLIS de Bragança (34750 habitantes), Chaves (43667 habitantes) e Viana do Castelo (88631 habitantes), podemos verificar que nestas 3 cidades, tal como aconteceu na Covilhã com o Jardim do Lago e Parque da Goldra que se tornaram novos centros de atração, também as populações destas consideraram que as intervenções do POLIS se tornaram novos centros de atração (64% Bragança, 50% Chaves, 68% Viana do Castelo).

Por último foi pedido para ser feita uma comparação entre o Programa POLIS e Programa da Mobilidade Pedonal na Covilhã, e perceber qual deles teria sido mais benéfico para a cidade da Covilhã (Gráfico 5.15).

O Plano de Mobilidade Pedonal na Covilhã, ou Plano de Mobilidade Urbana foi desenvolvido pela Câmara Municipal da Covilhã e passava por encontrar soluções inovadoras de mobilidade pedonal urbana de modo a conseguirem facilitar a circulação pedestre na cidade e ao mesmo tempo ir de encontro às preocupações ambientais da mesma. As soluções encontradas foram a instalação de meios mecânicos e pontes de forma a ultrapassar o acentuado declive da cidade (CMC).

Deste plano fizeram parte as Escadinhas e Funicular de Santo André, o Funicular de São João, o Elevador da Goldra, e também a Ponte da Carpinteira. Esta última fez parte dos dois programas.

Quando foi pedido para analisarem quais dos dois, Programa POLIS ou Plano de Mobilidade Urbana, tinha sido mais benéfico para a cidade da Covilhã, as respostas foram bastante divididas, pendendo para o Programa de Mobilidade Urbana a escolha, com 48% dos inquiridos, contra os 46% que escolheram o Programa POLIS.

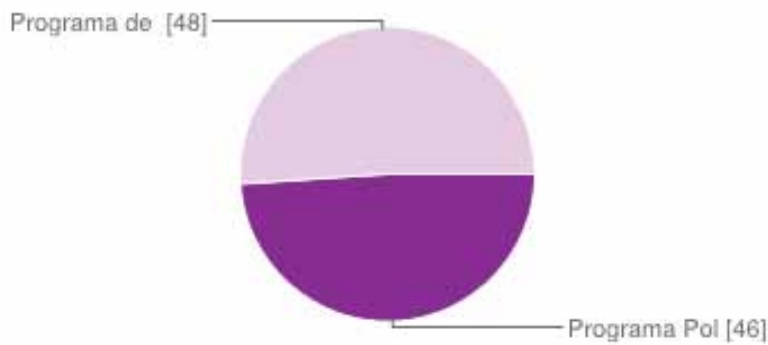


Gráfico 5.15 - Respostas à questão número 18

Analisando com mais cuidado estes dados, verificamos que das 25 pessoas que responderam que moravam na Covilhã a tempo inteiro, 16 escolheram o Programa POLIS como o mais vantajoso, contra as 9 respostas que escolheram o Programa de Mobilidade Pedonal.

O caso dos não moradores na cidade da Covilhã é idêntico, sendo que das 20 respostas, 13 deles davam o Programa POLIS como o mais benéfico.

Relativamente aos moradores temporários na cidade, o caso foi bastante diferente. Das 49 respostas, 32 escolheram o Programa de Mobilidade Pedonal contra as 17 escolhas do Programa POLIS.

Conclui-se assim, analisando os resultados obtidos, que para os moradores da Covilhã, que conheciam a génese desta antes da implementação do Programa, reconhecem o que este trouxe de bom à cidade, o impacto que obras como o Jardim do Lago, Parque da Goldra ou Ponte da Carpinteira tiveram para a cidade. Existe aqui um antes e um depois na mente das pessoas, levando estas a escolherem o que mais influencia e mais mudanças teve na cidade ao nível ambiental, urbanístico e de qualidade de vida, pois transformaram zonas degradadas em espaços de recreio e lazer, até então inexistentes. É este reconhecimento que está na base da escolha do Programa POLIS como o mais benéfico para a cidade.

No caso da opinião dos não moradores, a escolha do Programa POLIS passa também pelo reconhecimento do impacto que este teve na cidade, mas mais a um nível visual. O não morador é um turista, um visitante, alguém que está de passagem pela cidade, e para esses, obras como o Jardim do Lago ou Parque da Goldra causam mais impacto do que um Elevador.

Já as respostas dos moradores temporários na Covilhã foram bastante diferentes das respostas dadas pelos moradores e pelos não moradores. Segundo estes, o Programa de Mobilidade Pedonal, com a edificação dos vários elevadores/funiculares, foi o que mais benefício trouxe à cidade. Analisando mais aprofundadamente esta variante de respostas, conclui-se que,

sendo a grande maioria dos moradores temporários estudantes da UBI, que possuem mobilidade condicionada, ou seja, não possuem veículo próprio, morando por vezes longe da faculdade. Factos estes que elevam a relevância das intervenções feitas pelo Programa de Mobilidade Pedonal, e justificam a escolha por esta opção.

Relativamente ao Programa de Mobilidade Pedonal e às obras que foram executadas ao abrigo deste, nomeadamente as Escadinhas e Funicular de Santo André, o Funicular de São João e o Elevador da Goldra, é de salientar que no caso das Escadinhas e Funicular de Santo André e Elevador da Goldra, estes já eram projetos do Programa POLIS (como referido na Tabela 4.1), este já previa soluções para a mobilidade pedonal para vencer os acentuados desníveis da cidade. No entanto, estes não foram executados à data da implementação do Programa, tendo sido executados anos mais tarde, mas com diversas alterações nos projetos.

NASCIMENTO (2008) avalia a contribuição do Programa POLIS para a aproximação centro - periferia e para a a aproximação da população à zona histórica das cidades de Bragança, Chaves e Viana do Castelo. Verifica-se que a população destas 3 cidades considera que o POLIS foi eficaz nestes pontos. No caso da cidade da Covilhã, como os supracitados funiculares e elevadores foram planos do Programa POLIS, podemos dizer que este também contribuiu para uma aproximação centro - periferia e uma maior aproximação à zona histórica.

Conclusões e Recomendações Futuras

O presente capítulo engloba uma sumula de resultados e conclusões no que diz respeito à aplicação do Programa POLIS na cidade da Covilhã e à sua adequabilidade, dando-se resposta aos objetivos deste trabalho e às hipótese de investigação do capítulo I.

A primeira grande conclusão a retirar após a elaboração deste estudo foi a de que o Programa POLIS teve um impacto positivo na fisionomia e aspecto da cidade, bem como na qualidade de vida da população covilhanense. A análise das respostas de um inquérito colocado a uma amostra de população demonstra que esta considera que o POLIS foi vantajoso para cidade, na medida em que este causou um impacto visual muito positivo no quotidiano da cidade.

No entanto, uma análise mais aprofundada do Programa na Covilhã torna-se necessária, para avaliar o que realmente foi alcançado por este. Um dos grandes eixos da intervenção POLIS na Covilhã era reabilitar, valorizar e vitalizar os vales da Goldra e da Carpinteira. No caso do vale da Goldra, foi efectuado um tratamento das áreas degradadas e vários edifícios prejudiciais à qualidade urbana foram demolidos, houve uma melhoria da acessibilidade e da atratividade da ribeira e respectivas margens, foram criados percursos ao longo do vale, foram criados polos de vida urbana, como o caso do Bar da Goldra, dos bares e piscina-praia do Jardim do Lago e houve também a edificação de áreas de recreio e desporto. No caso da ribeira da Carpinteira, tal não se verificou, pois o vale desta encontra-se sensivelmente como se encontrava à 14 anos atrás, não havendo tratamento paisagístico das margens, nem a criação de polos de vida urbana, nem a criação de percursos ao longo do vale. O único ponto realmente cumprido neste grande eixo do POLIS relativamente ao vale da Ribeira da Carpinteira foi o enquadramento e a valorização da ponte do caminho de ferro. Resumindo, pode-se admitir que esta meta do programa POLIS foi apenas parcialmente cumprida.

A segunda grande meta do Programa POLIS era integrar e articular os vales das ribeiras com a cidade: também neste ponto, houve diferenças de tratamento entre os dois vales, sendo mais uma vez o vale da Ribeira da Goldra aquele que foi alvo de uma maior integração com a cidade através da edificação do Parque da Goldra e do Jardim do Lago. Esta meta estava intimamente conectada com a anterior, levando a que os resultados obtidos sejam semelhantes.

O terceiro grande pilar do POLIS era a preservação e valorização do património industrial. Devido ao grande volume de património industrial presente na cidade da Covilhã, proveniente dos anos áureos da indústria dos lanifícios, era inviável recuperar todos. No entanto houve alguns que foram alvos de recuperações bastante importantes e significativas, como por

exemplo a antiga Tinturaria Alçada na zona da rotunda da Ponte do Rato na margem da Ribeira da Goldra, que foi transformada num núcleo museológico.

Como quarta grande meta, o Programa POLIS na Covilhã, tinha a promoção da mobilidade pedonal em detrimento da utilização do automóvel. Foi construída a ponte sobre a Ribeira da Carpinteira e foram projetados o elevador da Goldra e o Funicular de São João, que são infraestruturas que visam este propósito. No caso destas intervenções, todas elas foram edificadas fora do tempo estipulado para as intervenções POLIS, no entanto, como se tratavam de planos do programa, pode-se admitir que o programa atingiu este objectivo. No entanto, no caso da Ponte da Carpinteira em específico, esta foi edificada para aumentar a mobilidade pedonal e facilitar o acesso das zonas periféricas da Covilhã (bairro dos Penedos Altos) ao centro histórico, mas o que se verifica, através da análise às respostas ao questionário efetuado a uma amostra da população, é que esta tem um nível de utilização muito baixo. Pode-se considerar então, que a Ponte da Carpinteira falhou o objetivo a que se propunha.

O último grande pilar do POLIS era a salvaguarda do que resta (património, industrial, paisagístico), e a garantia de uma cidade aberta aos vales e à paisagem. Os objetivos de bloquear a construção em cristas ou encostas que possam constituir barreiras visuais à fruição da paisagem e a expansão urbana para áreas antagónicas às ribeiras foram conseguidos.

Através de uma análise geral aos principais pilares do Programa POLIS, pode-se concluir que este cumpriu moderadamente os objetivos a que se propôs. Grosso modo o Programa POLIS cumpriu os objetivos de valorização e integração dos vales das Ribeiras (nomeadamente o da Ribeira da Goldra) com a cidade, preservação e valorização do património histórico, promoção da mobilidade pedonal e salvaguarda do futuro paisagístico da cidade. No entanto havia muito mais que poderia ter sido feito, nomeadamente no que ao vale da ribeira da Carpinteira diz respeito, pois no caso desta, a valorização do seu vale foi quase inexistente, permanecendo este inalterado ao longo dos anos. O mesmo aconteceu com os vários edifícios fabris ao longo desta ribeira, que continuam abandonadas e degradadas. Outro ponto onde o Programa POLIS não cumpriu os objetivos projetados, foi na edificação de área de estacionamento automóvel, pois intervenções como o silo da Fonte Santa, o silo-auto do Parque da Goldra não saíram do papel. Também na criação de pontes e percursos pedonais, houve duas das três pontes planeadas para a ribeira da Carpinteira que não foram edificadas, bem como as duas pontes pedonais na ribeira da Goldra.

Passando para uma análise aos objetivos inerentes à aplicação do POLIS na Covilhã, pode-se também concluir que estes foram apenas moderadamente alcançados. Com a intervenção POLIS houve uma maior preservação ambiental, com o reabilitação das margens da ribeira da Goldra, criação do Parque da Goldra e Jardim do Lago, bem como a limpeza desta ribeira. No

entanto, o caso da ribeira da Carpinteira já não se verifica. Em termos de desenvolvimento cultural, houve a criação de alguns núcleos museológicos através da reconversão de antigos edifícios fabris, promovendo assim a expansão cultural na cidade da Covilhã. No entanto, relativamente à atração de investimentos e desenvolvimento económico, não se vislumbram grandes impactos para a cidade, pois os únicos dinamizadores económicos provenientes do POLIS são os quatro estabelecimentos comerciais (três no Jardim do Lago e um no Parque da Goldra) e a piscina-praia do Jardim do Lago, no entanto, no compito geral da economia da cidade, este número de estabelecimentos e o seu volume de negócio, é pouco relevante para a sua evolução.

Passando a uma análise ao impacto do Programa POLIS na cidade da Covilhã, a conclusão que se pode tirar é que o programa, aos olhos da população covilhanense teve um impacto muito positivo e que contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade de vida do quotidiano da cidade. Estes resultados não surpreendem pois o Programa POLIS introduziu mudanças significativas na estrutura da cidade, levando mesmo ao alterar, para melhor, de certas rotinas da população, pois com a edificação de infraestruturas como o Parque da Goldra, o Jardim do Lago ou a Ponte da Carpinteira, as pessoas viram a sua vida facilitada (no caso dos utilizadores da Ponte da Carpinteira - ligação da periferia ao centro da cidade - e do Parque da Goldra - ligação da zona nova à zona histórica) e ganharam novos espaços de lazer e recreio (Jardim do Lago, Parque da Goldra, Jardim “Martir in Colo”, por exemplo). O conhecimento da realidade da cidade antes da implementação do POLIS e o reconhecimento das alterações que este introduziu torna estes resultado perfeitamente previsíveis.

Em sumula, o Programa POLIS na Covilhã falhou algumas das intervenções a que se propôs, bem como os prazos estipulados, no entanto, o seu impacto no seio da cidade e dos seus habitantes foi notoriamente positivo. O Plano Estratégico extenso e com diversas intervenções de execução complexa, levou a que algumas destas tenham sido executadas, mas tal não impediu que, no geral, as metas do programa fossem cumpridas. Houve um melhoramento da qualidade de vida da população, houve uma valorização ambiental e patrimonial da cidade levando a um aumento da atratividade e foram criadas formas de vencer o declive acentuado da cidade e ao mesmo tempo incentivar a mobilidade pedonal em detrimento da mobilidade automóvel.

No entanto, todas as conclusões obtidas na elaboração desta dissertação carecem de estudo mais aprofundado, para perceber a real valência do Programa POLIS na cidade da Covilhã e no seio da sua população, nomeadamente um estudo do impacto ambiental, fazendo uma comparação entres os níveis de poluição das ribeiras e da qualidade do ar antes e nos anos seguintes à implementação do programa, bem como perceber a percentagem de população que alterou o seu quotidiano com as intervenções POLIS e como este afectou a qualidade de vida. Por ultimo, um estudo aprofundado do impacto económico, nomeadamente do impacto

que o volume de negócios dos estabelecimentos comerciais criados devido ao POLIS tiveram no economia da Covilhã, bem como uma análise aos preços da habitação nas zonas próximas às intervenções edificadas. Algo que seria bastante pertinente realizar no futuro, seria uma análise comparativa ao Programa POLIS através dos olhos de um arquiteto, um engenheiro, um sociólogo e um economista.

BIBLIOGRAFIA

BEATO, C. (1996). *Inovação e Teoria Em Planeamento*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

BORGES, A. G. (2014). *Fábricas da Covilhã - Fotocronologia*. Covilhã: Associação dos Amigos da Covilhã.

CARVALHO, P., & SILVA, A. M. (outubro de 2012). Políticas e Requalificação de Cidades. O exemplo de Leiria (centro litoral de Portugal) . *DELOS - Revista Desarrollo Local Sostenible* , 5 (15).

CCDR LVT. (2 de outubro de 2006). *CCDR LVT*. Obtido em 22 de setembro de 2014, de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/planos-regionais-de-ordenamento-do-territorio-prot/450.htm>

CMC. (s.d.). *Funicular de São João*. Obtido em 19 de setembro de 2014, de Covilhã Município: <http://cm-covilha.pt/simples/?f=6344>

CMC. (s.d.). *Jardim do Lago - A maior área verde da cidade*. Obtido em 18 de setembro de 2014, de Covilhã Município: <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2252>

CMC. (2002). *Jardim do Lago - Projecto de Execução - Plano Geral*. Covilhã: Câmara Municipal da Covilhã.

CMC. (s.d.). *Parque da Goldra*. Obtido em 19 de setembro de 2014, de Covilhã Município: <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=4724>

CMC. (2000). *Plano Estratégico da Covilhã. Programa Polis* . Covilhã: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

CMC. (s.d.). *Ponte sobre a Ribeira da Carpinteira*. Obtido em 18 de setembro de 2014, de Covilhã Município: <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=4917>

CMC. (s.d.). *Ponte Sobre a Ribeira da Carpinteira - Prémios*. Obtido em 29 de setembro de 2014, de Covilhã Município: <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=5411>

CORREIA, F. N., CRUZ, J. B., MARTINS, R. B., LIBERTADO, P., & MORBEY, L. (2000). Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. In C. PESTANA, J. PINTO-

LEITE, & N. MARQUES, *O Programa Polis como impulsionador da regeneração humana*. 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde.

COSTAPOLIS. (2003). *Viver a Costa de Caparica - Programa Polis*. Obtido em 28 de julho de 2014, de CostaPolis: <http://www.costapolis.pt/faqs.php>

DGOTDU. (2000). Vocabulário do Ordenamento do Território. In A. C. PINHO, *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana - Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*.

FERNANDES, J. P. (dezembro de 2002). Reabilitação Urbana: Experiências Recentes do Programa Polis. *Cidades - Comunidades e Territórios* (5), pp. 69-79.

FERREIRA, S. M. (2006). A Integração e o Acompanhamento da Componente Ambiental no Programa Polis. *Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do Grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental*. Monte da Caparica: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

GASPAR, J., & SIMÕES, J. M. O Ordenamento à Escala Nacional. In *Planeamento e Ordenamento Do Território* (pp. 275-276).

GIL, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, S.A.

GONÇALVES, J. (2005). Reabilitação Urbana: Oportunidades económicas, emprego e competências. In A. C. PINHO, *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana - Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*.

JESUS, P. (27 de setembro de 2008). *Covilhã na Antiguidade*. Obtido em 24 de setembro de 2014, de Covilhã, Cidade Fábrica, Cidade Granja: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/2711.html>

JLCG Arquitectos. (2004). *POLIS Covilhã - Ponte pedonal de cima sobre a Ribeira da Carpinteira - Projecto de execução - Memória Descritiva*. Covilhã.

KATELE, J. M., & ROEGIERS, X. (1993). *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas, e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

LIMA, D. (27 de setembro de 2010). *Políticas de Desenvolvimento Regional na União Europeia*. Obtido em 28 de julho de 2014, de O program URBAN: <http://desenvolvimentoregionalnaue.blogspot.pt/2010/09/o-programa-urban.html>

MADEIRA, C. A. (maio de 2009). A Reabilitação Habitacional em Portugal - Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH e SOLARH. *Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Regeneração Urbana e Ambiental*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura .

MAMEDE, L., & TAVARES, A. F. (6-8 de outubro de 2010). O Programa Polis no Processo de Governação Urbana. *4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável*. Faro: Universidade do Algarve.

MAOT. (2002). Polis em Números. In M. QUEIRÓS, & M. VALE, *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Polis*.

MAOTDR. (29 de abril de 2008). *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*. Obtido em 21 de setembro de 2014, de CCDRC: https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=240&Itemid=156&showall=1&lang=pt

MAOTDR. (março de 2011). *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*. Obtido em 22 de setembro de 2014, de CCDRC: https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1061&Itemid=312&lang=pt#text

MAOTDR. (2007). *Política de Cidades POLIS XXI*. Obtido em 25 de agosto de 2014, de Portal do Ordenamento do Território e Urbanismo: <http://www.dgotdu.pt/PC/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>

MAOTDR. (2007). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. (DGOTDU, Ed.) Gabinete do SEOTC DGOTDU.

MOURA, D., GUERRA, I., SEIXAS, J., & FREITAS, M. J. (2009). *A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*. Obtido em 28 de setembro de 2014, de http://home.fa.utl.pt/~fs/FCT_2009/URB%20REHABILITATION/PAPER%2004%20-%202006_RevitizacaoUrbana.pdf

MPAT. (2 de março de 1990). Decreto-Lei nº69/90. *Diário da República*, 880-881.

NASCIMENTO, E. J. (2008). O papel das políticas de requalificação urbana e ambiental: o caso do Programa POLIS em Bragança, Chaves e Viana do Castelo". *Mestrado em Geografia - Especialização em Urbanização e Ordenamento do Território*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras.

OLIVEIRA, F. P. (2004). *Direito ao Urbanismo* (2ª ed.). Coimbra: CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica.

PARTIDÁRIO, M. D., & CORREIA, F. N. (19 de January de 2007). POLIS - the Portuguese programme on urban environment. A contribution to the discussion on European Urban Policy. *European Planning Studies*, 12 (3), 409-424. Carfax Publishing.

PESTANA, C., PINTO-LEITE, J., & MARQUES, N. (2009). O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana. Cabo Verde: 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde.

PINHEIRO, E. C. (s.d.). *A Rota da Lã - TRANSLANA*. Obtido em 24 de setembro de 2014, de Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior: <http://museu.ubi.pt/?cix=3064&lang=1>

PINTO, P. L. (2007). A cidade Fluvial em Portugal - Contributos para a Integração de Cidade e Rio. In A. M. EVANGELISTA, *Indicador "Governância e Gestão Sustentável" - Avaliação das intervenções Polis nas frentes ribeirinhas do Cacém e de Leiria*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

QCA III. (s.d.). *Quadro Comunitário de Apoio III*. Obtido em 22 de setembro de 2014, de Portugal 2000-2006: <http://www.qca.pt/iniciativas/urban.asp>

QUEIRÓS, M., & VALE, M. (2005). *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa POLIS*. Obtido em 24 de maio de 2014, de APGEO: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/047.pdf

QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos*. (L. Gravita Publicações, Ed.) Lisboa, Portugal.

SILVA, A. M. (2011). Requalificação Urbana - O exemplo da intervenção Polis em Leiria. *Dissertação de Mestrado em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SÍTIOS & FORMAS. (2004). *Projecto do Parque da Goldra - Projecto Geral - Projecto de Execução*. Covilhã: PolisCovilhã - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, S.A.

TAVARES, A. F. (2008). Reabilitação Urbana - O caso dos pequenos centros históricos. *Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente* . Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário colocado à população

PROGRAMA POLIS

No âmbito da minha Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil pela Universidade da Beira Interior, cujo o tema se insere no âmbito do planeamento regional e urbano aplicado à cidade da Covilhã, venho por este meio pedir o vosso auxílio para o preenchimento do questionário que a seguir se segue.

1. **Já ouviu falar no Programa POLIS? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 8.*

2. **Sabe o que é o Programa POLIS? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 8.*

3. **O Programa POLIS é:**

Marcar apenas uma oval.

Programa Operacional do Ambiente

Plano de Mobilidade Pedonal

Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Outra: _____

4. **O principal objectivo do Programa POLIS é:**

Marcar apenas uma oval.

Aumentar o parque habitacional

Requalificar cidades de um ponto de vista urbanístico e ambiental

Tirar o trânsito do centro das cidades

Requalificar edifícios antigos

Construir jardins

Outra: _____

5. **As verbas para execução do Programa POLIS vêm de:**

Marcar apenas uma oval.

- Fundos Comunitários
- Autarquias e Administração Central
- Privados
- Todos os Anteriores
- Outra: _____

6. **Quantas fases teve o Programa POLIS?**

Marcar apenas uma oval.

- Uma
- Duas
- Outra: _____

7. **A Covilhã foi abrangida pelo Programa POLIS?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

PROGRAMA POLIS - COVILHÃ

O programa POLIS constitui uma estratégia de intervenção que visa a requalificação urbana e valorização ambiental.

8. **É residente no município da Covilhã? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Temporariamente

9. Tendo em conta que a Covilhã foi uma das cidades abrangidas pelo Programa POLIS, quais destas obras fizeram parte do mesmo:

Marcar tudo o que for aplicável.

- Jardim do Lago
- Parque da Goldra
- Rotunda da Ponte do Rato
- Ponte da Carpinteira
- Complexo Desportivo
- Funicular de Santo André
- Funicular de São João
- Jardim "Martir in Colo"
- Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras e acesso ao TCT
- Silo Fonte Santa
- Remodelação do Jardim Publico
- Demolição de Edifícios do Sitio do Biribau
- Outra: _____

Programa POLIS - Covilhã: Grandes Obras

10. Relativamente à Ponte da Carpinteira, numa escala de 0 a 10, diga com que frequência a utiliza (sendo 0 nunca e 10 todos os dias):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

11. Relativamente à Ponte da Carpinteira, numa escala de 0 a 10, diga a importância que tem para a cidade a mesma (sendo 0 nenhuma e 10 indispensável):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

12. Relativamente ao Parque da Goldra, numa escala de 0 a 10, diga com que frequência o utiliza (sendo 0 nunca e 10 todos os dias):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

13. Relativamente ao Parque da Goldra, numa escala de 0 a 10, diga a importância que tem para a cidade o mesmo (sendo 0 nenhuma e 10 indispensável):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

14. Relativamente ao Jardim do Lago, numa escala de 0 a 10, diga com que frequência o utiliza (sendo 0 nunca e 10 todos os dias):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

15. Relativamente ao Jardim do Lago, numa escala de 0 a 10, diga a importância que tem para a cidade o mesmo (sendo 0 nenhuma e 10 indispensável):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Programa POLIS - Geral

16. Sabendo que ao abrigo do Programa Polis na Covilhã foram realizadas obras como o Parque da Goldra, o Jardim do Lago, a Rotunda da Ponte do Rato, a Ponte sobre a Ribeira da Carpinteira, o Estacionamento sob a via do Parque da Goldra, o Silo da Fonte Santa, entre muitas outras, de 0 a 10 diga a relevância do Programa Polis para a cidade da Covilha (sendo 0 nada relevante, e 10 indispensável):

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

17. Qual foi a obra que mais beneficiou a cidade da Covilhã?

Marcar apenas uma oval.

- Jardim do Lago
- Parque da Goldra
- Rotunda da Ponte do Rato
- Ponte da Carpinteira
- Jardim da Carpinteira
- Via a montante da Ponte do Rato
- Via do Parque da Goldra
- Jardim "Martir in Colo"
- Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras e acesso ao TCT
- Silo Fonte Santa
- Remodelação do Jardim Publico
- Demolição de Edifícios do Sitio do Biribau
- Estacionamento sob a via do Parque da Goldra

18. Qual dos dois programas acha que foi mais relevante para a cidade da Covilhã:

** A Ponte da Carpintera fez parte dos dois programas*

Marcar apenas uma oval.

- Programa Polis
- Programa de Mobilidade Pedonal (Funicular de São João, Funicular e Escadinhas de Santo André, Ponte da Carpinteira*, Elevador da Goldra)

19. Já ouviu falar do Programa POLIS XXI? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não